

Educação é um Direito:

A experiência do projeto Territórios em Rede em Conselheiro Pena

Conselheiro Pena

Minas Gerais

Territórios
em Rede



Também na Rede
Iniciativa de Apoio
às Mulheres em Situação de Vulnerabilidade Social

Também na Rede
Iniciativa de Apoio
às Mulheres em Situação de Vulnerabilidade Social

Educação é um Direito:

A experiência do projeto
Territórios em Rede em
Conselheiro Pena

Conselheiro Pena

Minas Gerais

2024

Iniciativa:



Parceiro Executor:



Ficha Técnica

FUNDAÇÃO VALE

Malu Paiva
Presidente do Conselho de Curadores

Flavia Constant
Diretora Presidente

Pâmella De-Cnop
Diretora Executiva

Fernanda Fingerl
Gerente de Metodologias Sociais

Maykell Costa
Gerente Sul/Sudeste

Andreia Prestes
Analista Especialista de Metodologias

Marluce Braz
Analista de Metodologias

Juliana Bahia
Analista Sul/Sudeste

Fabio Macedo
Comunicação Fundação Vale

CIDADE ESCOLA APRENDIZ

Natacha Costa
Diretora Geral

Paula Patrone
Diretora Institucional

Raiana Ribeiro
Diretora de Programas

Roberta Tasselli
Diretora de Comunicação

Eliana Sousa Silva
Consultora Metodológica

Julia Ventura
Gestora Estratégica

Gisele Martins
Gestora Estratégica de Campo

Dalcio Marinho
Gestor Estratégico de Produção de Conhecimento

Ana Paula Santana Rodrigues
Felipe Tau
Raquel de Oliveira Silva
Gestão Executiva

Bianca Cambiaghi
Filipe Mendonça
Gestão de Monitoramento e Avaliação

Daniele Moura
Isys Remião
Gestão de Comunicação

Elza Sousa
Cintia Soares
Gestão Geral de Campo

Roberta Castro
Roberta Verneque
Gestão de Polo

Sabrina Bairros
Analista de Comunicação

Jaqueline Maria Ferreira de Souza
Assistente de Comunicação

Marco Faganello
Analista de Monitoramento e Avaliação

Fernando Nascimento
Assistente Monitoramento e Avaliação

Cristiane Aparecida de Oliveira
Katarine Rosa de Oliveira
Yasmim Mancini
Assistentes de Projeto

Equipe Territórios em Rede
Conselheiro Pena

Andressa Bertinello Valandro
Gestora Local

Dilcelia Monerat V. Ferreira
Sâmela Rodrigues Candida
Articuladoras locais

Evidências e Sistematização

Miriam Krenzinger
Consultora

Natália Guindani
Coordenação

Bruna Musumeci
Pesquisadora

Luiza Santos
Pesquisadora

Fernando Mendes
Assistente de pesquisa

Julia Ventura
Natacha Costa
Raiana Ribeiro
Revisão técnica

Gláucia Cavalcante
Gustavo Abumrad
Projeto Gráfico

Willy Horizonte
Diagramação

Thais Paiva
Revisão de textos

Daniele Moura
Isys Remião
Revisão Final



Territórios em Rede



Foto: Perikles Siqueira, 2022

Apresentação

Criada há mais de 50 anos, a Fundação Vale tem a missão de contribuir para o desenvolvimento social dos territórios onde a Vale atua. Por meio do fortalecimento de políticas públicas e da atuação conjunta com instituições parceiras, soma esforços para transformar a realidade dos públicos atendidos pelos seus programas.

Atualmente, a Fundação Vale desenvolve atividades, principalmente, em cinco estados – Pará, Maranhão, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro – e conta com uma rede de parceiros institucionais, executores e investidores para potencializar seu trabalho nos campos da Educação, Saúde, Assistência Social e Geração de Renda.

Fazem parte dessa rede as secretarias municipais, instituições e empresas privadas e públicas, além de organizações do Terceiro Setor com experiência em políticas públicas, como a Associação Cidade Escola Aprendiz, entre outras.

No campo da Educação, a Fundação Vale foca hoje no desenvolvimento de ações de fortalecimento dos processos de alfabetização e de combate da exclusão escolar, visando a promoção do Direito à Educação de qualidade para todos.



www.fundacaovale.org

A sistematização da experiência do projeto Territórios em Rede em Conselheiro Pena (MG), apresentada nesta publicação, é resultado de um esforço coletivo que envolveu a coleta de depoimentos e registros documentais, além da organização de todo o conhecimento produzido a partir das ações do projeto em campo. Nosso objetivo é destacar o que foi cuidadosamente construído e vivenciado ao longo dessa experiência. Para isso, buscamos lançar luz sobre o processo de cocriação de estratégias que operaram de forma integrada e inter-setorial, com o propósito de promover a agenda de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar em toda a comunidade de Conselheiro Pena.

Os registros consolidados neste documento visam servir como referência para o desenvolvimento de políticas públicas que garantam o Direito à Educação de todas as crianças e adolescentes.

Nossa intenção é compartilhar dados e análises com outros municípios, a fim de fortalecer o combate à exclusão escolar em novos contextos, visto que esse fenômeno afeta todo o país. Esperamos que a organização desse legado transcenda fronteiras e fortaleça o Direito à Educação como uma pauta pública prioritária no Brasil.

Sumário

- 5** Apresentação
- 9** Introdução
 - 9** O projeto Territórios em Rede
 - 14** O município de Conselheiro Pena (MG)
- 19** A Implementação do Territórios em Rede em Conselheiro Pena
 - 19** Pressupostos éticos e conceituais
 - 23** Passos estruturantes
- 71** Perfil das crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar em Conselheiro Pena
 - 71** Observações Gerais
 - 76** Destaques
- 81** Cenários da exclusão escolar
 - 84** Casos ilustrativos
 - 90** Intersetorialidade
- 93** Resultados e impactos
 - 93** Métodos de identificação
 - 97** Incidência política
- 105** Considerações e aprendizagens

Foto: Perikles Siqueira, 2022.



Introdução

O projeto Territórios em Rede

A Fundação Vale, em parceria com a Cidade Escola Aprendiz, iniciou a implementação do projeto Territórios em Rede (TR), em 2020, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento social e territorial de municípios, a partir da agenda de enfrentamento da exclusão escolar. Por meio da articulação de setores governamentais e não governamentais, o projeto incentivou o desenvolvimento de políticas públicas e ações que visavam contribuir com a garantia do acesso e permanência de crianças e adolescentes na rede pública de ensino, tendo iniciado o trabalho, primeiramente, nos municípios da Serra (ES) e de Marabá (PA), expandindo-se, em 2021, para outros municípios no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e Pará.

Sob estas condições, a iniciativa destaca e enfatiza a importância da efetivação do Direito à Educação no Brasil, previsto na Constituição Federal de 1988, como um esforço conjunto do Estado e da sociedade.

- Em nível nacional, a pandemia
- de covid-19 agravou o risco
- de exclusão escolar, afetando
- principalmente crianças e
- adolescentes que já enfrenta-
- vam dificuldades na Educação.
- Isso ampliou as já existentes
- desigualdades de acesso e
- permanência na escola, com
- mais de 5 milhões de crianças
- e adolescentes entre 6 e 17
- anos não matriculados ou sem
- acesso à aprendizagem, sendo
- que mais de 40% eram crian-
- ças de 6 a 10 anos, uma faixa
- etária com acesso à escola
- praticamente universal, antes
- da pandemia.¹

¹ Dados do relatório Cenário da Exclusão Escolar no Brasil, publicado em 2021 pelo Unicef a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2019.

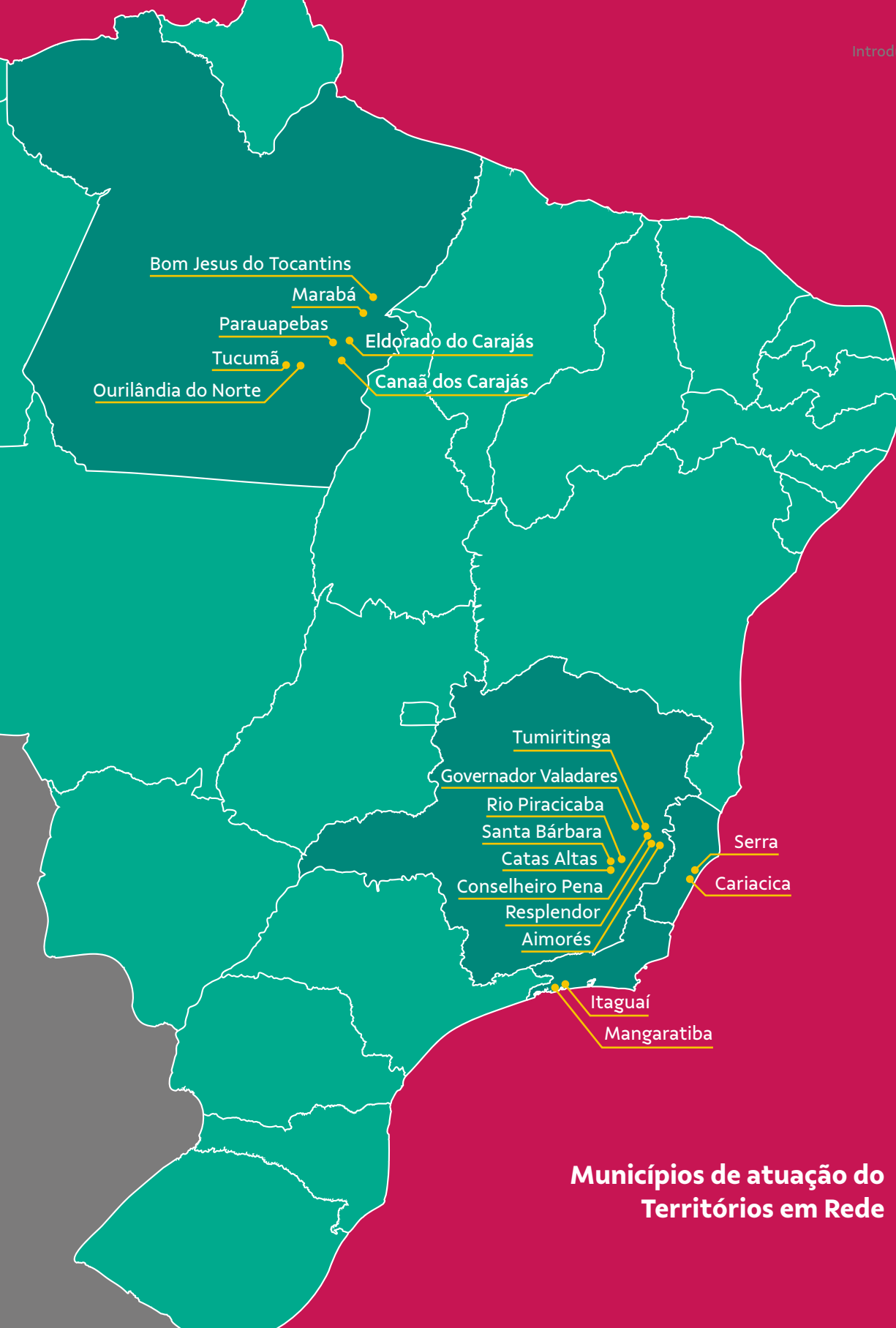
Inspirado por essa perspectiva ético-política e legal, garantir o acesso à Educação como um direito fundamental requer a implementação de ações estruturadas e direcionadas a interromper a perpetuação e reprodução das desigualdades sociais e diversas formas de violência que afetam principalmente a população pobre, negra e infantojuvenil de nosso país.

Dessa forma, a garantia de uma Educação de qualidade para todas as crianças e adolescentes está intrinsecamente relacionada ao caráter inclusivo da escola e, conseqüentemente, à redução da pobreza e das iniquidades sociais. Desafio que se complexificou com as crises econômica, ambiental e sanitária que assolaram o país nos últimos anos, afetando especialmente as crianças e os territórios mais pobres, por estarem mais vulnerabilizados e desassistidos pelas políticas públicas e pelas redes de proteção social.

Os municípios da Serra (ES) e de Marabá (PA) foram referências para a expansão do Territórios em Rede para outros 17 municípios do país ao longo dos anos subsequentes. Entre 2021 e 2024, o projeto foi realizado em municípios que abrangem mais de 2 milhões de pessoas.

Durante quatro anos de atuação contínua, o projeto Territórios em Rede, com base em diferentes tipos de atividades – formações, apoio à gestão, levantamento de dados, etc. –, conseguiu reintegrar um número expressivo de crianças e adolescentes ao sistema educacional. O resultado demonstra o potencial da abordagem intersetorial e interdisciplinar, com foco na Busca Ativa escolar, como estratégia eficaz para assegurar a Educação e a proteção social, especialmente àqueles que se encontram sob violações de direitos.

Desde a sua concepção, o projeto enfatizou a importância da incidência política, visando a estruturação e articulação de políticas públicas sustentáveis voltadas à prevenção da exclusão escolar. As experiências acumuladas reforçam a compreensão de que abordagens isoladas em políticas sociais podem resultar em ações fragmentadas que, frequentemente, não conseguem alcançar o impacto desejado na prevenção da exclusão escolar, especialmente considerando a



**Municípios de atuação do
Territórios em Rede**

complexidade dos fatores que afetam as condições de vida dos segmentos mais vulneráveis da população.

Especialmente durante a pandemia de covid-19, a Busca Ativa escolar mostrou-se uma estratégia essencial para apoiar e fortalecer o diálogo entre as unidades escolares, os demais agentes do Sistema de Garantia de Direitos e as famílias. Essa articulação permitiu que situações de insegurança alimentar, violência doméstica, dentre outras violações de direitos, fossem identificadas e encaminhadas pela rede de proteção local, destacando a escola pública brasileira não apenas um equipamento capaz de promover aprendizagens e desenvolvimento de crianças e adolescentes, mas também uma estrutura fundamental para o acesso aos demais direitos sociais.

Como ponto de partida, o projeto Territórios em Rede assumiu o conceito de exclusão escolar² ou desvinculação escolar como um fenômeno complexo e multidimensional que afeta crianças e adolescentes que:

- estão sem acesso à unidade escolar;
- possuem acesso à unidade escolar e estão matriculados, mas não frequentam regularmente as atividades escolares;
- não estão matriculados devido a múltiplos fatores psicossocioculturais;
- não estão matriculados devido à falta de vagas na rede pública de Educação e/ou vagas próximas a suas residências;
- abandonaram ou evadiram o sistema educacional;

² Julia Ventura, gestora estratégica do Territórios em Rede, em sua Tese de doutorado (2021) demonstrou que fatores como discriminação racial e de gênero, pobreza urbana e rural, violência e baixa escolarização familiar são alguns dos desafios enfrentados para o acesso e a permanência na escola. Também estão entre os(as) mais excluídos(as) meninas e meninos com deficiência, migrantes, quilombolas e indígenas, em situação de trabalho infantil, que vivem em unidades de acolhimento institucional, sofrem algum tipo de exploração ou estão em conflito com a lei. Disponível em <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/54745/54745.PDF>

- foram afetados por situação de calamidade pública, desastres ambientais, epidemias e/ou crise sanitária com riscos à sua saúde e a de seus familiares e não participam de nenhum programa educacional oficial estruturado.

Dessa forma, a exclusão escolar é entendida como um problema sistêmico, causado pelas profundas desigualdades sociais, raciais, de gênero e territoriais que nos caracterizam como sociedade. Por isso, os caminhos para sua superação demandam uma atuação permanente, mas também urgente e prioritária, até que seja definitivamente erradicada.

De olho na legislação

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 e o Plano Nacional de Educação (2014–2024), o Brasil estabeleceu metas ambiciosas e necessárias, que seguem distantes de serem alcançadas. Uma delas é a universalização do Ensino Fundamental de nove anos para crianças de 6 a 14 anos, com a meta de que pelo menos 95% delas concluam essa etapa na idade recomendada. Além disso, o PNE busca universalizar a Educação Infantil na pré-escola para crianças de 4 e 5 anos, expandir a oferta da modalidade em creches para atender pelo menos metade das crianças de até 3 anos no país e aumentar a taxa de matrículas de adolescentes entre 15 e 17 anos no Ensino Médio para 85%.



Por isso, a Fundação Vale e a Cidade Escola Aprendiz compreendem o projeto Territórios em Rede como iniciativa-chave para o enfrentamento da exclusão escolar no país. Respeitando as diversidades de cada território, a proposta oferece caminhos para o desenvolvimento territorial dos municípios em múltiplas frentes, reconhecendo as capacidades técnicas dos agentes e sua possibilidade de criar a metodologia a partir de suas necessidades.

O município de Conselheiro Pena (MG)

Originalmente habitada pelos índios Aimorés, a área do atual município de Conselheiro Pena (MG) era conhecida como Lajão, nome derivado de uma grande laje de pedra localizada às margens do Rio Doce. A colonização do território onde hoje se localiza o município começou no início do século XVIII, quando os primeiros exploradores chegaram, seguindo o curso do rio. Adentrando seus afluentes, procuravam metais e pedras preciosas, cuja exploração iniciou-se por volta de 1740 e propiciou a formação do povoado de Cuieté, às margens de um dos afluentes, o Rio Cuieté (atual Rio Caratinga). O desenvolvimento da região foi impulsionado com a chegada dos trilhos da estrada de ferro Vitória-Minas e a criação da estação de Lajão. A área atraiu novos habitantes devido à presença de pedras semipreciosas e à fertilidade do solo.

A emancipação do município de Conselheiro Pena ocorreu em 17 de dezembro de 1938, transformando o Distrito de Lajão em Conselheiro Pena, conforme o Decreto Lei Nº 148. O nome do município é uma homenagem ao Dr. Afonso Augusto Moreira Pena, que foi Conselheiro do Império, Presidente do Estado e Presidente do Brasil.

Conselheiro Pena pertence à mesorregião Vale do Rio Doce e à microrregião Aimorés. Para o Governo de Minas Gerais, compõe a Região de Planejamento



Fonte: Wikimedia Commons

do Rio Doce. O município abrange uma área de 1.483,883 km² (IBGE, Área Territorial, 2022).

Um dos principais recursos naturais e atrativos turísticos de Conselheiro Pena é o Parque Estadual de Sete Salões, que além de ser uma das principais reservas ambientais de Mata Atlântica na região do Vale do Rio Doce, possui uma cadeia de montanhas coberta por matas e cachoeiras, além da Gruta dos Sete Salões, onde se encontram pinturas rupestres. Também no interior do parque, situa-se a Serra da Onça, que igualmente se destaca pelos atrativos arqueológicos. Também se sobressai na região o conjunto paisagístico formado pelo caminho do rio Doce, onde tornou-se comum a prática de esportes aquáticos, da pesca e da mera apreciação das paisagens formadas pelo curso hidrográfico em meio ao relevo ondulado.

Segundo o Censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município mineiro tem 20.824 habitantes. A população é composta por 11.418 pessoas pardas (54,8%), 2.248 pretas (10,8%) e 50 indígenas (0,2%). Os brancos e amarelos somam, respectivamente, 7.090 (34,1%) e 17 (0,1%) pessoas.

Em 2022, havia 3.562 pessoas ocupadas em emprego formal, o que representa cerca de 17% da população. Já o rendimento médio desses trabalhadores formalizados era de 2,2 salários-mínimos⁴ (IBGE, 2022).

No mês de julho de 2024, o município de Conselheiro Pena teve 4.602 famílias cadastradas no Cadastro Único, sendo 2.246 (49%) em situação de pobreza. Essas famílias somavam 10.427 pessoas, com 5.750 indivíduos (55%) em situação de pobreza. Para fins dos programas de renda do Governo Federal, conforme a Lei 14.601, de 19 de junho de 2023, a família em situação de pobreza é aquela cuja renda mensal *per capita* não ultrapassa R\$ 218,00.

A atualização do cadastro a cada dois anos é requisito para o recebimento de benefício de programas sociais do Governo Federal. Em julho de 2024, 82% das famílias estavam com o cadastro atualizado. Porém, entre as famílias com renda mensal *per capita* de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, a atualização cadastral correspondia a 88% do total.

No mês de julho de 2024, o município de Conselheiro Pena teve 2.391 famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família. Essas famílias reuniam 6.441 pessoas e totalizaram uma transferência mensal de R\$ 1.638.550,00, resultando em um benefício médio de R\$ 686,74 por família.

- A situação de pobreza é caracterizada pela renda mensal de, no máximo, R\$ 218,00 por pessoa.
- Se a renda mensal não ultrapassar R\$109,00 por pessoa, a família é classificada em situação de extrema pobreza.
- Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, Governo Federal, 2024

Devido à pandemia de covid-19 e a interrupção das atividades escolares, o acompanhamento das condicionalidades da

4 Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/conselheiro-pena/panorama>

Educação foram suspensos na implementação do Bolsa Família. Porém, desde junho de 2022, voltou a ser obrigatório.

Em maio de 2024, 2.273 beneficiários de 4 a 17 anos de idade tinham perfil para acompanhamento das condicionalidades de Educação no município de Conselheiro Pena. No período, foram acompanhados 82,3%, o que totaliza 1.871 beneficiários(as) entre 4 e 17 anos (a cobertura nacional de acompanhamento foi de 80,6%). Entre as crianças e adolescentes de 4 a 17 anos beneficiários do Bolsa Família que tiveram o acompanhamento, 90,7% cumpriram a condicionalidade de Educação, que é de 60% de frequência escolar para as crianças de 4 e 5 anos e de 75%, para as crianças e adolescentes de 6 a 17 anos. As taxas de cumprimento da condicionalidade por faixa etária foram de 95% na de 4 e 5 anos, 92,7%, na de 6 a 15 anos, e 73,1%, na de 16 a 17 anos.



Foto: Perikles Siqueira, 2022.

A Implementação do Territórios em Rede em Conselheiro Pena

Pressupostos éticos e conceituais

Direito à Educação

O projeto Territórios em Rede tem como principal pilar a defesa do Direito à Educação, que deve se concretizar a partir da corresponsabilização de diferentes setores da sociedade. Nesta perspectiva, o projeto desenvolve ações formativas em diferentes frentes, criando estratégias em diálogo com as múltiplas equipes e setores com os quais se relaciona.

Para assegurar o Direito à Educação a todas as crianças, o projeto defende não apenas a centralidade da escola, mas sua articulação com o Sistema de Garantia de Direitos e com os demais equipamentos que atendem a infância, adolescência e suas famílias, nas mais diferentes configurações.

Na escola, entende-se que o estudante deve estar no centro do processo educativo, considerando suas necessidades, interesses e contexto sociocultural. Isso significa reconhecer a singularidade de cada sujeito e território, promovendo estratégias pedagógicas adequadas a cada um e a cada uma.



“O Direito à Educação opera como um multiplicador. Ele potencializa todos os demais direitos humanos quando garantido e impede o gozo da maior parte deles quando negado.”

Katarina Tomasevski, 1ª Relatora do Direito à Educação da Organização das Nações Unidas.

Território e Intersetorialidade

Ao mesmo tempo, o projeto Territórios em Rede compreende o papel do território no desenvolvimento das políticas educacionais, particularmente para a efetiva inclusão de crianças e adolescentes que, por diferentes razões, estão fora da escola ou em risco de evasão escolar. Nesse sentido, os seguintes pontos se destacam como pressupostos do projeto:

Contexto

O **território é contexto**. Como tal, ele expressa as identidades, a cultura, as condições de vida e a história das pessoas. Por isso, a construção de vínculos entre educadores e alunos e a pertinência do projeto pedagógico (condições essenciais para a aprendizagem e o desenvolvimento) dependem do reconhecimento e da integração da questão territorial.

Participação

A **gestão democrática** só se realiza na integração com o território, já que a participação efetiva das famílias e da comunidade depende de que as pessoas se sintam reconhecidas como parte do projeto educativo e responsáveis por apoiar o acesso à Educação de crianças e adolescentes.

Conhecimento

O **território**, seja ele qual for, é **rico em interações significativas** em estado potencial. Pessoas, saberes, recursos diferenciados podem ser articulados ao itinerário formativo de estudantes, enriquecendo seu repertório, garantindo novas aprendizagens, ampliando seu olhar sobre o território e fortalecendo sua autonomia para estabelecer conexões possíveis para além das instituições.

Articulação Intersetorial

Para que crianças e adolescentes possam acessar a escola e aprender, é necessário criar condições para a sua **educabilidade** (Tedesco; López, 2002).⁵ Ou seja, é fundamental que condições dignas de vida e seus direitos

5 TEDESCO, J. C.; LÓPEZ, N. Algunos dilemas de la educación secundaria en América Latina. REICE Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación, v. 2, n. 1, jan-jun, 2004. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=55120103>.

sejam considerados. Para isso, é preciso contar com a interlocução permanente e com o trabalho integrado, além de equipamentos e agentes de todos os setores que tiverem contribuições a dar ao desenvolvimento integral de crianças e adolescentes (saúde, desenvolvimento social, cultura, esporte e lazer, etc.).

Redes territoriais

Para tanto, é preciso reconhecer a importância das redes territoriais na promoção do Direito à Educação, e na salvaguarda dos demais direitos humanos.

Denominamos **redes territoriais** os coletivos, organizações que se formam no âmbito dos territórios e que envolvem diferentes atores sociais – ativismo comunitário, sociedade civil organizada, gestão pública, etc. – articulados em torno de temáticas e/ou objetivos comuns. Com estruturas flexíveis, as redes costumam reunir indivíduos e instituições de forma democrática e participativa.

As redes de organizações territoriais podem ser constituídas de modo informal ou formal. Nas redes informais, observa-se a articulação de **ações comunitárias** e **projetos locais**, que podem estar conectados e em parceria com indivíduos e coletivos sociais envolvidos em causas e pautas comuns. Estas organizações comumente se reúnem para discutir conjuntamente propostas de desenvolvimento local e para trocar informações sobre o território e os problemas da região.

Como estrutura formalizada, por sua vez, podemos compreender a criação de **redes de proteção social** estabelecidas no conjunto de serviços e setores governamentais que atuam de modo integrado nos territórios, buscando alinhamentos comuns para assistir as pessoas, em vez de apenas encaminhá-las de um serviço para o outro. As redes formais

- **Importante!**
- Como princípio orientador, **a rede de proteção social territorial** desenvolve estratégias de integração dos agentes locais buscando superar a lógica dos encaminhamentos por uma abordagem integrada, que prioriza a criação de comitês multidisciplinares de referência para cada família atendida.

são estabelecidas por meio da formalização de programas e políticas públicas intersetoriais no nível dos territórios. Tais redes possibilitam alinhar agendas e unificar cadastros e sistemas de informação em uma lógica de colaboração.

A escola também compõe ou dialoga diretamente com essas redes – informais e formais – como parte integrante da dinâmica local do território em que se insere. Como um ator da comunidade atuante na melhoria das suas condições de vida e de desenvolvimento, a escola apoia o protagonismo de crianças e estudantes no processo de aprendizagem, com foco na capacidade que têm de produzir conhecimento e atuar nas transformações de suas próprias vidas e comunidade.

Importância do Projeto Político Pedagógico (PPP)

A garantia do Direito à Educação pressupõe a articulação e colaboração entre escola e diferentes setores, organizações e sujeitos do território. O Projeto Político Pedagógico é uma estratégia para materializar e concretizar relações no ambiente escolar. Construído e monitorado colaborativamente, o PPP torna-se importante instrumento de democratização da gestão e do conhecimento.



A partir da articulação e mobilização de redes que envolvem diferentes agentes, programas, políticas públicas e iniciativas locais, buscam-se condições contínuas para acesso à Educação e garantia da aprendizagem e do desenvolvimento integral dos estudantes. Conectados por um objetivo comum, estes diferentes atores e instituições podem construir uma prática territorial intersetorial com participação comunitária.

▶ **A atuação em rede, então, torna-se central para efetivação da política educacional, com a participação ativa de famílias e da comunidade local. Esta abordagem está fundamentada em uma visão de escola pública participativa e democrática, focada**



no desenvolvimento comunitário sustentável e na garantia do Direito à Educação de crianças e adolescentes.

Passos estruturantes

O projeto Territórios em Rede ampliou suas atividades para Minas Gerais em 2021, envolvendo em um primeiro momento os municípios de Aimorés, Conselheiro Pena, Governador Valadares e Resplendor, e em 2022, chegou em Tumiritinga. Em Conselheiro Pena, a iniciativa foi implementada a partir de agosto de 2021.

Inicialmente, a Fundação Vale e a equipe gestora do projeto realizaram uma apresentação para as prefeituras desses municípios, com a presença das Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Assistência Social. Os encontros foram estratégicos para iniciar as visitas às instituições públicas, e tiveram como objetivo alinhar os procedimentos e começar o trabalho de campo.

Conhecendo o Território

Após as pactuações e alinhamentos iniciais com a gestão pública do município, a equipe gestora se concentrou em estabelecer as bases para a implementação de sua metodologia e alcance de suas metas centrais:



Meta primária

Reinserir 300 crianças na escola, considerando a estimativa de haver, aproximadamente, 587 crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de evasão no município de Conselheiro Pena. Esta meta representaria atingir 51% dessa população.

Meta secundária

Incidir sobre as políticas públicas de modo a fomentar a sustentabilidade das ações de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar a partir de ações intersetoriais da gestão pública.

A meta primária foi calculada com base na relação entre as informações levantadas por meio do Diagnóstico Socioterritorial e a capacidade da equipe de

campo disponível na época. Para apoiar a meta principal, foi estabelecido um conjunto de indicadores de processo, que também serviam ao monitoramento das atividades planejadas e executadas. A segunda meta teve como objetivo apoiar o trabalho das secretarias municipais, a partir da estruturação de estratégias permanentes e intersetoriais.

Para atingir os objetivos e metas previstas, deu-se início a um conjunto de ações estratégicas. Enquanto algumas aconteceram no início da implementação do projeto, outras foram realizadas continuamente, ao longo de todo o percurso do Territórios em Rede em Conselheiro Pena:

- **Estruturação e Formação das equipes** de campo e planejamento;
- **Articulação Intersetorial com a criação de um Comitê Gestor Intersetorial** com foco na questão da exclusão escolar;
- **Diagnóstico Socioterritorial** para levantamento de dados e informações sobre o município;
- **Formação em Serviço:** capacitação de agentes públicos e da sociedade civil para a incorporação da metodologia, conferindo sustentabilidade às ações implementadas;
- **Comunicação Comunitária e Mobilização Social:** estratégias de comunicação voltadas a sensibilizar e mobilizar o município, para a agenda do enfrentamento da exclusão escolar;
- **Busca Ativa escolar e Articulação no território:** trabalho de campo voltado para a identificação de crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar (visitas domiciliares e contato telefônico), bem como a mobilização de agentes, organizações sociais e equipamentos públicos em nível territorial;
- **Avaliação e Monitoramento:** cadastro de casos em sistema próprio, permitindo a construção de banco de dados com informações socioeconômicas de cada criança, adolescente e família atendidos;

- **Sistematização da Metodologia construída em Conselheiro Pena:** debate sobre as aprendizagens e o legado, acerca da incidência política no município.

Uma vez que a iniciativa tinha como foco central garantir o acesso e a permanência escolar, mantendo o vínculo de estudantes e famílias com as escolas e assegurando sua proteção social, articular a rede de proteção existente no município era condição necessária para o retorno às aulas e prevenção do risco crescente de exclusão escolar.

A equipe para o trabalho de campo foi composta por uma gestora local e duas articuladoras locais, que, além de residirem no município, detinham conhecimento do território e da oferta de serviços públicos pela rede intersetorial.

Desenho para a implementação



* Adaptação a partir do desenho de equipe do Territórios em Rede com vistas à sua replicação.

Formação inicial e continuada da equipe

Em meio a um cenário desafiador, o projeto Territórios em Rede em Conselheiro Pena (MG) não apenas avançou na sua estruturação, mas também promoveu um ciclo formativo para a equipe que seria responsável pela implementação da experiência nos territórios, assim como criou canais de comunicação visando ações integradas entre as secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social.

O processo formativo abordou princípios do Direito à Educação, formação de redes e ação intersetorial e discutiu a importância de um olhar complexo e multidimensional sobre o território, a metodologia da Busca Ativa escolar, ações técnicas no uso de aplicativos e a inserção de dados para monitoramento e acompanhamento dos casos identificados.



Foto: Banco de Imagens do Projeto, 2021.

A formação teve como objetivo o planejamento e a implementação das estratégias voltadas à consolidação da rede de proteção de crianças e adolescentes identificados pelo projeto, seguindo os pressupostos da legislação brasileira pertinente ao tema.

Foco na legislação!

Constituição Federal 1988

Estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à Saúde, à alimentação, à Educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.⁶

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) 1990

Reforça os direitos das crianças e adolescentes, garantindo proteção integral e priorizando o bem-estar deste público. A lei também estabelece diretrizes para a criação de políticas públicas voltadas para este segmento.⁷

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 1996

apresenta as diretrizes e bases da Educação nacional, garantindo o Direito à Educação e estabelecendo normas para sua organização.⁸

Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos 2010

Orientam a formulação dos currículos para o Ensino Fundamental, garantindo a inclusão e a qualidade da Educação.⁹

⁶ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília/DF: Presidência da República, [1988/2023]. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao.htm.

⁷ BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília/DF: Senado Federal, 1990. Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/598834/Eca_normas_correlatas.pdf.

⁸ BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação nacional. Brasília/DF: Diário Oficial da União. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/l9394.htm>.

⁹ BRASIL. Resolução CNE/CEB 7/2010. Brasília/DF: Diário Oficial da União, 15 de dezembro de 2010, Seção 1, p. 34. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf



“Chegar sem julgamento, eu levei isso para mim... Se eu chegar em uma visita com julgamento, então não vai ter jeito. Sempre sem julgamento, tranquila e escutando a família. Ficou marcado para mim esse ensinamento.”

Sâmela Rodrigues Cândida, articuladora local do projeto

Equipe em campo

A equipe do projeto Territórios em Rede de Conselheiro Pena entrou em campo no mês de novembro de 2021. Para melhor identificar os articuladores, a equipe atuava uniformizada e foi apresentada por um vídeo divulgado para as famílias e instituições locais. Com isso, ampliou-se a confiança para sua entrada nas casas e nos territórios, de modo que as parcerias foram crescendo, sobretudo, com as unidades de ensino.



📌 Projeto TR em Conselheiro Pena - Apresentação da equipe no território. – YouTube



Assinatura do Termo de Cooperação com a Prefeitura de Conselheiro Pena

Foto: Banco de Imagens do Projeto, 2021.

Durante essa fase, o Termo de Cooperação foi firmado com o município, marcando o começo das atividades de campo. Em janeiro de 2022, o Comitê Gestor Intersetorial (CGI) foi criado junto a representantes das secretarias municipais de Educação, Assistência Social, Saúde e demais pastas que trabalham para a proteção da criança e do adolescente. O primeiro encontro presencial com Comitê Gestor Intersetorial (CGI) de Conselheiro Pena aconteceu em março de 2022, sendo oficializado em junho de 2022 pelo Decreto Municipal nº 2.719.

Articulação Intersetorial e criação do Comitê Gestor Intersetorial

Considerando a complexidade do fenômeno da exclusão escolar, foram estabelecidas parcerias com instituições e órgãos necessários para a implementação da proposta. Nesse período, a equipe promoveu visitas a entidades civis e órgãos governamentais do município, visando divulgar o projeto e fortalecer articulações e fluxos para identificar crianças e adolescentes fora da escola ou em situação de infrequência escolar.



Foto: Perikles Siqueira, 2022.

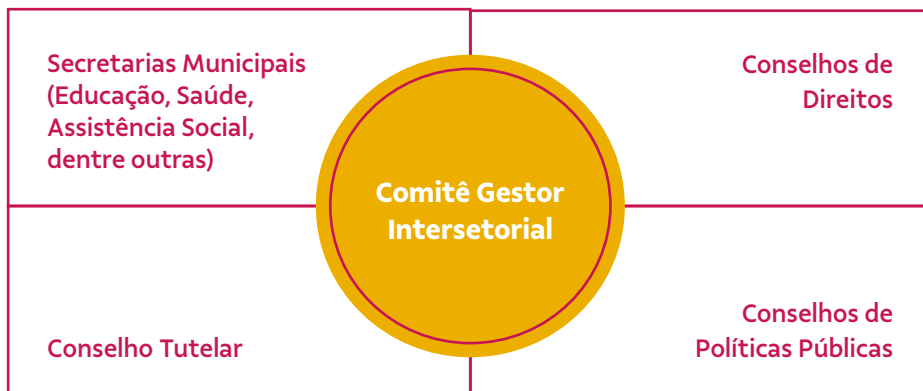
A formação do **Comitê Gestor Intersetorial** no município, peça chave do projeto, tem como finalidade estabelecer-se como um fórum de articulação de políticas e análise de casos de exclusão escolar. Seu principal objetivo é aumentar a integração das ações governamentais em todos os níveis, com a participação de gestores, visando a ativação das redes de proteção social e o acesso aos direitos da cidadania.

Os primeiros encontros do Comitê Gestor Intersetorial de **Conselheiro Pena** tiveram a participação de representantes das secretarias municipais de Educação, Assistência Social, Saúde e demais pastas que trabalham para a proteção da criança e do adolescente no município. Esse espaço é estratégico para pautar discussões sobre a exclusão escolar com as redes locais, tornando essa agenda uma prioridade no município.

De caráter interdisciplinar, o Comitê tornou-se essencial para integrar os serviços de Educação, Saúde e Assistência Social nos territórios. Os componentes e as diretrizes eram definidas e apresentadas pelas equipes técnicas das Secretarias, seguidas pela equipe de campo, que trabalhava em diálogo direto com os agentes locais das diferentes pastas para fortalecer a rede de proteção a crianças e adolescentes em risco de evasão escolar.



Fonte: Banco de Imagens do Projeto, 2023.



O trabalho de fomento à intersectorialidade realizado no âmbito do **Comitê Gestor Intersetorial (CGI)** possui os seguintes objetivos gerais:

Objetivos gerais do CGI:

- Incentivar e fortalecer a cultura de organização intersectorial das políticas públicas;
- Instaurar um fórum de gestão compartilhada de acompanhamento da implementação do projeto com o poder público;
- Contribuir com a promoção de agendas reflexivas e com a proposição de ações práticas com foco na proteção integral de crianças e adolescentes por meio da prevenção e do enfrentamento da exclusão escolar;
- Desenvolver um processo de construção de autonomia na gestão intersectorial do Comitê para a sustentabilidade de suas ações;
- Apoiar a constituição e a implementação de uma política pública municipal intersectorial de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar no município;
- Promover um percurso formativo em torno da metodologia do projeto Territórios em Rede com os representantes das políticas públicas.

De modo a fortalecer a comunicação entre os diferentes envolvidos, foram realizadas reuniões de trabalho nas quais a equipe local apresentou suas principais ações em Conselheiro Pena. Nesses encontros, casos críticos de crianças fora da escola ou em risco de evasão foram debatidos e diferentes estratégias desenhadas para responder, de forma efetiva, às questões identificadas.

A partir da leitura dos principais desafios, o Comitê estabeleceu o fluxo de informações e indicadores para monitorar crianças em idade escolar. Esses dados, alimentados no sistema georreferenciado do projeto Territórios em Rede, não apenas mapearam a realidade da evasão escolar em Conselheiro Pena, mas também auxiliaram no acompanhamento e avaliação das ações implementadas.



“A Busca Ativa é muito importante no município de Conselheiro Pena. Muitas vezes não tínhamos conhecimento de quantas crianças estavam fora da escola. Esse público ficou até invisível. E ainda mais importante foi o resgate do projeto Territórios em Rede que conseguiu colocar essas crianças de novo na escola.”

Simone Coelho, representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no Comitê Intersetorial de Conselheiro Pena

Diagnóstico Socioterritorial

Para garantir o alinhamento da metodologia do Territórios em Rede com a realidade local, o projeto buscou informações em bases de dados secundárias que pudessem fornecer subsídios ao Diagnóstico Socioterritorial do município e auxiliar no entendimento do perfil das famílias mais vulneráveis aos processos de exclusão escolar. Esse diagnóstico formou um painel de indicadores de vulnerabilidade social, focado na elaboração de um panorama sobre a situação da exclusão escolar no município. Além de oferecer uma base para a compreensão

do desenvolvimento humano no território, possibilitou o cruzamento de dados e uma visão integrada dos desafios da Educação em Conselheiro Pena.

O diagnóstico ofereceu subsídios para as políticas sociais do município, tanto em sua fase de elaboração inicial, quanto ao longo do processo. Esse estudo se tornou uma importante ferramenta de análise das demandas sociais pelo Direito à Educação ao transformar os cadastros individuais e as listas de nomes em informações concretas e vivas, mostrando a conexão destas crianças e adolescentes com seus territórios, grupos populacionais e marcadores de classe, raça e gênero.

De acordo com dados do Censo Demográfico, do IBGE, a população de Conselheiro Pena diminuiu 6,4% entre 2010 e 2022, provavelmente em consequência do êxodo migratório. No entanto, a população de 4 a 17 anos retraiu mais no mesmo período, registrando uma queda de 30,4%. Além do efeito da migração, isso se deve à redução da taxa de fecundidade, que ainda se mostra em curso no município de Conselheiro Pena.

População de 4 a 17 anos por faixa etária escolar em 2010 e 2022 – Conselheiro Pena

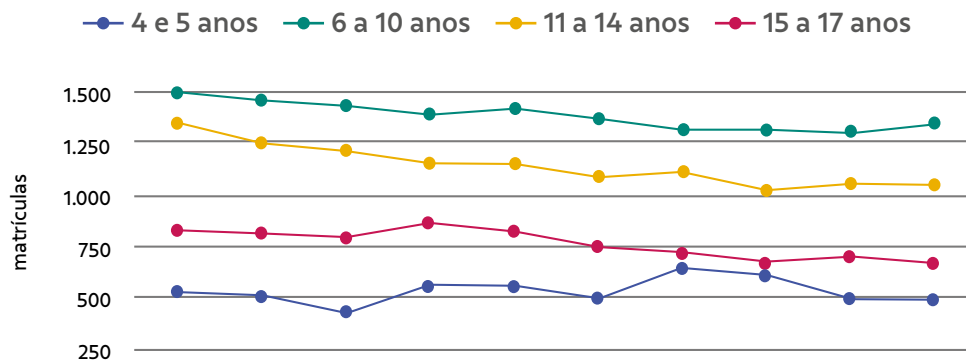
População	ano	
	2010	2022
04 e 05 anos	619	541
06 a 10 anos	1.827	1.337
11 a 14 anos	1.725	1.095
15 a 17 anos	1.241	795
Total de 4 a 17 anos	5.412	3.768

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010 e 2022.

O número de matrículas recuou 26,3% entre 2010 e 2022, o que é, relativamente, um pouco menos do que a retração da população infantojuvenil. Este é um indicativo de que a cobertura do atendimento escolar avançou no período. Na data de referência do Censo Escolar de 2023 (31 de maio), havia 4.028 matrículas na Educação Básica, sendo 3.549 de crianças e adolescentes com idade entre 4 e 17 anos.

O gráfico a seguir mostra o número de matrículas segundo a faixa etária do estudante, a despeito da etapa que frequentava, entre os anos de 2014 e 2023.

Número de matrículas, por faixa etária, de 2014 a 2023 - Conselheiro Pena



	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
04 e 05 anos	530	509	430	556	552	498	645	610	498	483
06 a 10 anos	1.497	1.461	1.435	1.394	1.430	1.382	1.321	1.329	1.315	1.346
11 a 14 anos	1.353	1.258	1.216	1.161	1.151	1.095	1.113	1.028	1.059	1.050
15 a 17 anos	835	816	796	866	826	747	719	671	700	670

Fonte: Inep, Censo Escolar da Educação Básica, 2014 a 2023.

Segundo o Censo Escolar da Educação Básica de 2023, a rede municipal de ensino de Conselheiro Pena era responsável por 44,3% das matrículas na Educação Básica e a rede estadual por 48,1%. As unidades de ensino privadas somavam 7,6% das matrículas. Na Educação Infantil, a rede municipal era responsável por 86,9% das matrículas na creche e por 91,1%, na pré-escola. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a rede municipal era responsável por 71,5% das matrículas e a rede estadual por 22%. Nos anos finais, a rede estadual contemplava 85,3% das matrículas e a rede municipal, 12,2%. No Ensino Médio, a rede estadual reunia 91,4% das matrículas e o restante era coberto pela rede privada.

A distribuição das matrículas na Educação Básica por gênero no município mineiro reflete um quadro comum no Brasil: os meninos predominam numericamente, correspondendo a 51,2% dos estudantes e isso se mantém no Ensino Médio, em que os meninos são 51,4% dos matriculados. Estes dados chamam a atenção uma vez que, em geral, no Brasil a evasão escolar durante a Educação Básica impacta mais os meninos, fazendo com que as meninas sejam maioria no Ensino Médio. Porém, em Conselheiro Pena, a relação entre meninos e meninas se mantém praticamente a mesma durante toda a Educação Básica.

A declaração por cor ou raça dos estudantes de Conselheiro Pena no Censo Escolar de 2023 alcançou 91,9% das matrículas. Nesse contingente, de 3.703 matrículas, os estudantes declarados pardos eram 61,2%, os brancos, 32,5%, e os pretos, 7,2%. Os demais se declararam amarelos (0,2%) ou indígenas (0,1%).

Matrículas na Educação Básica com declaração de cor ou raça em 2023 – Conselheiro Pena.

Cor ou Raça	Matrículas	%
Parda	2.266	61,2%
Branca	1.202	32,5%
Preta	268	7,2%
Amarela	8	0,2%
Indígena	5	0,1%

Nota: Foram consideradas somente as matrículas com a informação de cor ou raça, referente a 91,9% do total (325 matrículas não tiveram a informação).

Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Básica, 2023.

Ainda segundo dados do Censo Escolar (2023), 86,9% das matrículas da creche são atendidas em tempo integral (mínimo de 7 horas por dia). Já na pré-escola, 65,8% das matrículas são oferecidas em horário parcial (menos de 7 horas por dia). Nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental também predominam as matrículas em tempo parcial, com 76,7% e 85,4%, respectivamente. No Ensino Médio, atendido pela rede estadual, o horário integral é oferecido a 34,4% das matrículas.

Percentual de Matrículas na Educação Básica com jornada em Tempo Integral em 2023 – Conselheiro Pena

Etapa	%
Creche	86,9%
Pré-Escola	34,2%
Anos Iniciais	23,3%
Anos Finais	14,6%
Ensino Médio	34,4%

Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Básica, 2023.



A Taxa de Distorção Idade-série (TDI) é o indicador que expressa o percentual de estudantes com idade que estão dois ou mais anos acima da recomendada para a série escolar em que estejam matriculados.

Em Conselheiro Pena, no ano de 2023, a TDI dos anos iniciais do Ensino Fundamental foi de 4,5%; a dos anos finais, de 14,6%; e a do Ensino Médio, de 15,3%. A TDI dos anos iniciais ficou praticamente estável em relação aos dois últimos anos. Já nos anos finais, reduziu um pouco em relação a 2022, confirmando uma queda iniciada em 2020. No Ensino Médio, todavia, revelou-se a maior redução, com um percentual bem menor que o dos anos anteriores, uma vez que a menor TDI desta etapa havia sido de 21,9%, em 2021.

Taxa de Distorção Idade-série (TDI) em Conselheiro Pena em 2022

Etapa	TDI
Anos Iniciais	4,5%
Anos Finais	14,6%
Ensino Médio	15,3%

Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Básica, 2023.

A taxa de aprovação nos anos iniciais do Ensino Fundamental foi de 99,2% no ano de 2022 (os resultados de 2023 ainda não foram divulgados). Este é o maior percentual observado no município. Nos anos finais, a taxa de aprovação de 2022 foi de 89,6%, recuando em relação a 2021 e 2020 e voltando ao patamar de 2019, ano anterior ao da pandemia de covid-19.

No Ensino Médio, a taxa de aprovação de 2022 foi de 73,3%, o que representa uma queda brusca em relação a 2021, que foi de 90,6%, e interrompendo uma trajetória de alta iniciada em 2018, quando foram aprovados 77,5% dos estudantes.

▶ **A taxa de abandono escolar expressa o número de estudantes, dentre aqueles que estavam matriculados no final do mês de maio, que não terminaram o ano letivo vinculados a uma escola. No município de Conselheiro Pena, cada etapa escolar apresentou uma trajetória diferente nos últimos anos.**

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a taxa de abandono aumentou em 2020 e 2021, anos da pandemia da covid-19, mas recuou em 2022, ficando em 0,7%, no patamar verificado entre 2011 e 2019, com pequenas oscilações.

Nos anos finais do Ensino Fundamental, a taxa de abandono foi de 5,2% em 2022. Com exceção de 2020, primeiro ano da pandemia, quando elevou-se a 8,7%, a taxa observada em 2022 é a maior observada desde 2013 (em 2014, a taxa foi igual a de 2022).

No Ensino Médio, há variações bem expressivas nos últimos anos, mesmo antes da covid-19, tendo chegado a 13,1%,

- **Ponto de atenção!**
- Para o sistema educacional,
- há uma diferença entre as
- definições de **abandono** e
- **evasão escolar**. Abandono é
- o ato de parar de frequentar
- a escola antes de terminar
- o ano letivo. Já a evasão
- refere-se ao estudante que
- abandonou a escola, ou até
- mesmo chegou ao final do
- ano letivo, mas não retor-
- nou no ano seguinte para o
- sistema escolar.

em 2017, e a 4,1%, em 2019. No entanto, a taxa de abandono de 2022 foi de 19%, a maior observada desde 2013.

Taxa de Aprovação em 2022 – Conselheiro Pena

Etapa	Taxa de Aprovação
Anos Iniciais	99,2%
Anos Finais	89,6%
Ensino Médio	73,3%

Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Básica, Situação do Aluno, Taxas de Rendimento, 2022.

Taxa de Abandono em 2022 – Conselheiro Pena

Etapa	Taxa de Abandono
Anos Iniciais	0,7%
Anos Iniciais	5,2%
Ensino Médio	19,0%

Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Básica, Situação do Aluno, Taxas de Rendimento, 2022.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o IDEB das escolas públicas de Conselheiro Pena subiu para 5,6 na edição de 2023, porém, continua abaixo dos valores alcançados entre 2009 e 2019. Nos anos finais, registrou queda, recuando para 4,2, que é o menor valor desde 2009. No Ensino Médio, o IDEB das escolas estaduais de Conselheiro Pena foi de 4,1, igual ao registrado em 2019, o que interrompeu a trajetória de alta que ocorria no município. Nas três etapas, a rede pública de Conselheiro Pena não supera os respectivos valores do Estado de Minas Gerais.

Dados da rede pública de ensino em Conselheiro Pena

<p>IDEB – Anos iniciais do Ensino Fundamental (Rede pública) [2023]</p> <p>5,6</p>	<p>IDEB – Anos iniciais do Ensino Fundamental (Rede pública) [2023]</p> <p>4,2</p>
<p>Matrículas nos anos iniciais do Ensino Fundamental [2023]</p> <p>1.318 matrículas</p>	<p>Matrículas nos anos finais do Ensino Fundamental [2023]</p> <p>1.111 matrículas</p>
<p>Matrículas no Ensino Médio [2023]</p> <p>627 matrículas</p>	<p>Docentes no Ensino Fundamental [2023]</p> <p>196 docentes</p>
<p>Docentes no Ensino Médio [2023]</p> <p>100 docentes</p>	<p>Número de estabelecimentos de Ensino Fundamental [2023]</p> <p>19 escolas</p>
<p>Número de estabelecimentos de Ensino Médio [2023]</p> <p>5 escolas</p>	

Fonte: INEP, Censo Escolar da Educação Básica 2023.

INEP, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, 2023



Foto: Perikles Siqueira, 2022.

Busca Ativa

O trabalho de Busca Ativa escolar proposto pelo projeto Territórios em Rede se organiza também no “bater de porta em porta”, caminhando pelas ruas e, como o próprio nome indica, buscando, investigando o território, falando com moradores e trabalhadores e acionando as instituições por caminhos complementares. A Busca Ativa implica, em alguma medida, um conjunto de estratégias e ações de comunicação e articulação comunitária.

Conselheiro Pena, composto por seis distritos – Ferruginha, Penha do Norte, Barra do Cuieté, Bueno e Cuieté Velho, além do distrito-sede –, teve todos os seus distritos visitados pelo projeto. O planejamento de campo incluiu duas visitas mensais de Busca Ativa escolar nos distritos rurais. As atividades envolveram: distribuição de panfletos em bairros com maior potencial de identificação de casos, entrega de cartazes aos parceiros, instalação de faixas de divulgação e participação em eventos públicos.

Além do trabalho inicial com as listagens oficiais da Secretaria de Educação, a Busca Ativa escolar teve início em Conselheiro Pena a partir da articulação de diferentes fontes de informação que identificaram possíveis casos de

desvinculação escolar que pudessem se tornar casos de infrequência ou evasão. Para tanto, foi produzido um mapeamento de instituições do território e estabelecidas ações de mobilização e comunicação que se espalharam pelos bairros do município.

Mapeamento de instituições e demandas

- Mapeamento de instituições e serviços disponíveis;
- Apresentação dos objetivos, metas e estrutura do Territórios em Rede a cada instituição visitada;
- Contato com as escolas do território para identificar crianças e/ou adolescentes em situação de infrequência e/ou exclusão escolar.



Visita domiciliar para cadastro de família

Foto: Perikles Siqueira, 2022.

Com o aval das lideranças das pastas da Educação, Saúde e Assistência Social do município, a equipe de campo iniciou diálogo e acompanhamento com as equipes que realizam o trabalho na ponta, cotidianamente. Na Educação, por exemplo, a fim de estreitar a relação e colaboração entre os agentes, os articuladores visitaram as escolas, apresentando o projeto às equipes de gestão e pedagógicas, levantando as demandas específicas em cada instituição.

Busca Ativa nas ruas:

- Busca por crianças e adolescentes fora da escola de porta em porta, a partir da demanda espontânea. Muitas vezes é um vizinho ou alguém que sabe onde há crianças ou adolescentes que não estão indo para escola;
- Visitas aos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, unidades de Saúde, igrejas, associações e comércios;
- Conversas com agentes locais sobre crianças e famílias não localizadas no território;
- Disponibilização de cartazes com informativos e imagens sobre o projeto. A identificação visual do uniforme utilizado pelos articuladores fez muita diferença na recepção e acionamento deles nos territórios.



Equipe fazendo panfletagem e busca ativa no centro da cidade

Foto: Perikles Siqueira, 2022.



Procedimentos ao encontrar uma criança

ou um adolescente fora da escola ou em risco de evasão escolar:

1. Articulador se aproxima da família para entender a situação por meio de uma visita domiciliar;

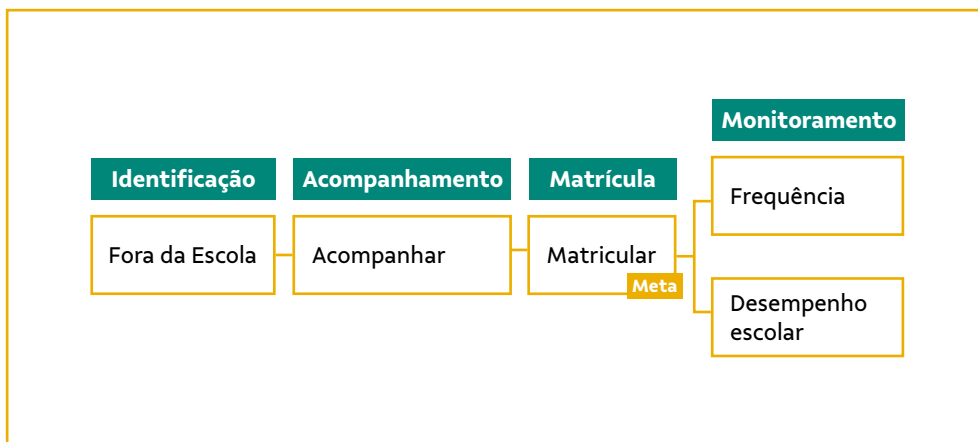


2. Articulador realiza uma entrevista para coleta de informações de cadastro e para o entendimento do caso;
3. Cadastramento da família no sistema de monitoramento do projeto. Os dados são registrados em um aplicativo e alimentam o banco de dados do projeto;
4. Se a criança ou o adolescente estava fora da escola, orientava-se imediatamente a família sobre os procedimentos de matrícula, em qualquer período do ano;
5. Se a criança ou o adolescente estava matriculado, mas infrequente, fazia-se o cadastro para acompanhamento familiar, tendo em vista prevenir o abandono.

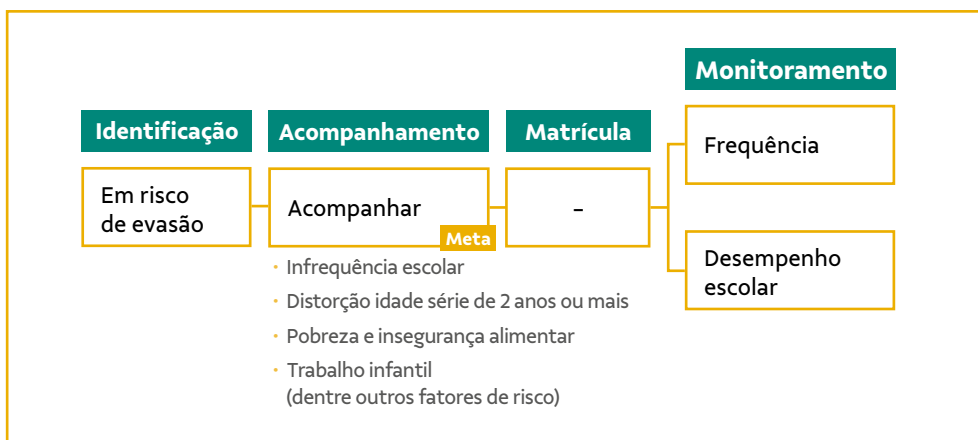
Fluxo de ações

Fora da Escola (sem matrícula)	Risco de Evasão (infrequente)
<ul style="list-style-type: none"> • Identificar motivo pelo qual a criança ou o adolescente está fora da escola; • assegurar a matrícula escolar em qualquer tempo; • uma vez matriculado, monitorar a frequência e o desempenho escolar; 	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar motivo da infrequência (falecimento, mudança de cidade, mudança para outra rede de ensino); • monitorar a frequência escolar e o desempenho regularmente; • avaliar outras variáveis de risco: distorção idade-série maior que 2 anos, situações de violências;
<ul style="list-style-type: none"> • verificar outras demandas sociais da criança / adolescente ou no núcleo familiar (ex: insegurança alimentar, atendimento de saúde, acompanhamento socioassistencial, geração de renda, entre outras); 	
<ul style="list-style-type: none"> • realizar acompanhamentos periódicos (contatos remotos e visitas domiciliares). 	

Fluxo de ações



OBS: O acompanhamento é encerrado apenas nos casos de falecimento, mudança de cidade e contato perdido.



OBS: O acompanhamento é encerrado apenas nos casos de falecimento, mudança de cidade e contato perdido.

Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.

Uma vez que o articulador localizava uma criança ou um adolescente fora da escola, ele realizava uma visita domiciliar para entender, com os pais ou responsáveis, os motivos da infrequência, do abandono, da evasão ou por nunca ter estado na escola.

O trabalho de (re)inserção da criança ou adolescente na escola envolvia:

1. a articulação com as escolas responsáveis por disponibilizar a vaga e efetivar a matrícula; a articulação com órgãos da Saúde, Assistência Social, Sistema de Garantia de Direitos, Direitos Humanos, entre outros, a depender do motivo que mantinha a criança afastada;
2. a articulação com parceiros para resolver documentação pendente, sanar problemas de vulnerabilidade social, como saúde, moradia ou ausência de responsável, transferir a criança de escola por motivos de conflitos no território que afetavam o deslocamento da criança até a escola, entre outros.

Após a efetivação da matrícula, mantinha-se, quando necessário, um acompanhamento das crianças/famílias, em diálogo direto com gestores das unidades escolares, buscando a permanência delas na escola por meio do constante monitoramento das listas fornecidas periodicamente pela rede de Educação. Caso houvesse sinais de nova evasão, o projeto retomava as etapas anteriores necessárias para evitar ou reconduzir novamente a criança à rede escolar.



“Estou na Educação há 30 anos e estou encantada com esta parceria. O que diferencia de outras é a devolutiva. Veja bem, visitam o bairro, descobrem os alunos que necessitam de encaminhamento para as escolas, nos avisam. Ajudam os pais com documentação necessária para a matrícula e vêm até a escola nos dar a devolutiva. Esse gesto me marcou. Nunca deixei uma criança sem matrícula, mesmo se estivesse no limite. Mas houve um êxodo dos alunos para as escolas centrais. Resgatá-los é nosso lema. ”

Edir Pereira Leandro Maia, diretora da Escola Municipal Clemente Souza Franco, em Conselheiro Pena



Foto: Perikles Siqueira, 2022.

Desafios encontrados para a realização da Busca Ativa escolar

Os depoimentos fornecidos pela equipe de campo do Territórios em Rede de Conselheiro Pena revelam alguns dos desafios enfrentados durante o período pós-pandêmico, especialmente aqueles ligados à saúde mental e às demandas de adaptação à vida escolar presencial, sobretudo entre os adolescentes. Entre os aspectos mais relevantes, destacam-se:

Intersectorialidade e integração das políticas públicas

Verificou-se a ausência de uma cultura de trabalho intersectorial, além do desconhecimento dos gestores públicos sobre as ações em curso nos diferentes setores da gestão municipal e, ainda, a falta de dados gerais sobre o município,

o que dificultava a implementação de ações promotoras do Direito à Educação de qualidade para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Alto nível de vulnerabilidade social das famílias identificadas

Essa condição exigia que as equipes de campo atendessem a várias demandas além do acesso à escola, como: proporcionar meios para a alimentação das famílias, aos serviços de Assistência Social e Saúde, exigindo habilidades específicas para articulação, acolhimento e identificação dos principais fatores que interferem no acesso e na permanência na escola.

Dificuldade de locomoção entre os distritos do interior e as escolas

Uma grande dificuldade identificada foi o acesso à escola para crianças e adolescentes residentes nos distritos mais afastados, devido à distância, má qualidade das estradas e condições climáticas desfavoráveis.

Trabalho infantil

Nos distritos do interior, crianças e adolescentes eram infrequentes ou evadidos do sistema educacional, pela necessidade de trabalhar para sustentar a família.

Dificuldade no acesso a tratamentos e profissionais de Saúde

O projeto observou dificuldades das famílias de Conselheiro Pena em acessar certos tratamentos e profissionais de Saúde. Muitos problemas de saúde requeriam o Tratamento Fora de Domicílio (TFD), sendo Governador Valadares o principal destino para tais tratamentos. A distância e a incompatibilidade entre os horários das consultas e viagens com a rotina das famílias eram comuns.

Em Conselheiro Pena, o acesso a certas especialidades médicas, como fonoaudiologia, psiquiatria e neurologia inexistem, exigindo que os pacientes busquem atendimento em outros municípios. O Sistema Único de Saúde (SUS) oferece esses atendimentos, porém existe uma limitação no número de consultas disponíveis por mês para cada município. Frequentemente, essa cota mensal não é suficiente para atender toda a demanda existente, conforme relatado pela equipe local.

Articulação entre as redes estadual e municipal de Educação

Os desafios para estabelecer comunicação e parceria efetivas entre as redes estadual e municipal de Educação no território de Conselheiro Pena elevam os riscos de evasão nas transições entre as etapas de ensino e impedem uma efetiva integração das gestões escolares na implementação de estratégias articuladas e integradas de enfrentamento da exclusão escolar.

Pandemia e impactos no processo de escolarização

Os impactos da pandemia na Educação de crianças e adolescentes em situações de extrema pobreza são complexos e profundos. Sua total extensão ainda requer avaliação detalhada. Durante o período de transição para o retorno às aulas presenciais, várias questões emergiram, particularmente entre famílias vulneráveis. Na região de Minas Gerais, onde o Projeto Territórios em Rede atuou, essas problemáticas se intensificaram.

Primeiramente, a pandemia acentuou as desigualdades sociais existentes, especialmente no aspecto econômico. Famílias com vários filhos em diferentes séries escolares enfrentaram enormes desafios no ensino remoto, muitas vezes, contando apenas com um celular no domicílio e com acesso limitado ou inexistente à internet. Essa situação reduziu drasticamente as condições mínimas necessárias para uma Educação adequada, resultando em uma interrupção significativa na rotina educacional, mesmo com a distribuição de kits educacionais.

Como consequência direta, no período pós-pandemia, muitas crianças encontraram dificuldades no processo de escolarização, em especial, na alfabetização. Aquelas que já enfrentavam desafios educacionais viram essas dificuldades se intensificarem, resultando em uma defasagem ainda maior entre idade e série escolar. Observaram-se ainda muitos casos de pré-adolescentes de 10 ou 11 anos enfrentando barreiras adicionais por estarem em classes com crianças mais novas.

A interrupção da escolarização durante o ensino remoto, agravada pela falta de infraestrutura adequada para estudo em casa, levou muitos adolescentes a buscarem trabalho nas ruas para ajudar no sustento da família. Nesse contexto, alguns adolescentes foram forçados a entrar no mercado de trabalho, muitas vezes, em condições de exploração ou em empregos informais, para contribuírem com a renda familiar. Isso não apenas exacerbou a distorção idade-série, mas também criou uma resistência ao retorno à escola, dada a necessidade de continuar contribuindo significativamente na renda familiar. Há relatos de casos de adolescentes, inseridos no mercado de trabalho informal, como na lavoura, que não se sentem estimulados a retornar à escola, dada a disparidade entre sua idade e a série em que se encontram.

Esse envolvimento precoce no mercado de trabalho vem resultando em um afastamento dos processos educacionais, agravando os desafios existentes e criando novas barreiras para a continuidade da Educação formal.

Mobilização Social e Comunicação Comunitária

Durante a implementação do projeto, intensificou-se a Busca Ativa escolar por crianças e adolescentes que se enquadravam no perfil determinado. O objetivo, entretanto, não era apenas encontrar esse público específico, mas sensibilizar as comunidades e as diversas regiões de Conselheiro Pena sobre a essencialidade do acesso à escola. Para que o Direito à Educação se convertesse em uma agenda pública e mobilizasse a sociedade a se corresponsabilizar pelo seu cumprimento, diversas estratégias de comunicação e mobilização social foram utilizadas.



Panfletagem na Feira Livre

Foto: Perikles Siqueira, 2022.

A equipe de comunicação procurou sensibilizar a sociedade sobre os compromissos e objetivos do projeto Territórios em Rede, além de promover uma ampla divulgação para incentivar a procura espontânea pelo projeto. As estratégias adotadas foram variadas, incluindo o uso de carros de som que emitiam mensagens-chave e alcançavam também a população analfabeta, inclusive na divulgação do período de matrículas da rede municipal de ensino.

Paralelamente, cartazes, faixas e panfletos foram distribuídos em locais de grande movimento, como escolas, associações de moradores, Postos de Saúde e praças públicas.

A divulgação do projeto aumentou sua visibilidade e estimulou a participação comunitária, com os moradores indicando novas famílias. Essa estratégia confirmou a importância dos materiais com o número de telefone (ferramentas indispensáveis para conectar as famílias com os articuladores do projeto), principalmente em casos de crianças fora da escola.

A comunicação da Vale em Minas Gerais, em uma parceria fundamental para o projeto, promoveu a divulgação nas tvs dos trens da EFVM. Além disso, cartazes e folhetos foram distribuídos aos passageiros nas estações de Conselheiro Pena. Carros de som também foram articulados pela comunicação institucional de Minas Gerais da Vale para percorrer áreas mais distantes e vulneráveis do município.



↗ Confira o vídeo produzido para essa ação

Outra forma de divulgação do vídeo foi em outdoor eletrônico da Praça Central, em parceria com a Prefeitura, que ficou por mais de 3 meses, alcançando cerca de 27 mil visualizações.



↗ Confira o vídeo produzido para essa ação

A impressão dos materiais de divulgação do projeto contabilizou **18.832 peças**, entre *flyers*, *folders*, cartazes e faixas de rua que foram distribuídos nos comércios, escolas, unidades de Saúde, CRAS e CREAs, Conselhos Tutelares, e demais organizações da rede de proteção integral à criança e ao adolescente.

Assim, estima-se que essas peças de comunicação alcançaram **1.321.000 visualizações** em todo o período de trabalho em campo.

Foram realizadas 102 horas de carro de som, em 17 dias, com cerca de 2.550 km rodados para fortalecer a campanha de matrículas no município e a divulgação do projeto. Além disso, foram produzidos cards específicos para essa campanha e distribuídos nas listas de transmissão do WhatsApp que chegam a 293 famílias.



↗ Confira o vídeo produzido para essa ação



Foto: Banco de Imagens do Projeto, 2022.

No meio digital, conteúdos específicos foram produzidos para as mídias e redes sociais, incluindo o *site* institucional. Materiais de divulgação como áudios, *gifs* e *flyers* circularam pelo *WhatsApp*, além de informações relacionadas aos serviços públicos locais, disponíveis para a população.

A equipe do projeto também marcou presença em entrevistas para rádios e jornais, para ampliar ainda mais o alcance da mensagem sobre o Direito à Educação. Na fase de consolidação das ações em Conselheiro Pena, as estratégias de comunicação se concentraram na ampliação de sua visibilidade pelos meios de comunicação comunitários e na mídia local, produzindo mini-documentários para fortalecer esta agenda em âmbito local e municipal.



↗ Confira o vídeo produzido para essa ação

Ações de Comunicação e Mobilização Comunitária:

- Articuladores divididos em diferentes áreas do município de Conselheiro Pena para promover o projeto;
- Distribuição de folhetos e fixação de faixas, *banners* e cartazes com informações de contato em locais estratégicos, como escolas, pontos de ônibus, postos de Saúde, associações de moradores, igrejas e estabelecimentos comunitários;
- Utilização de carros de som para difundir mensagens sobre o projeto nas ruas, centros de atendimento, postos de Saúde e comércios;
- Divulgação do projeto por meio de listas de transmissão no *WhatsApp*, redes sociais, parcerias com instituições locais, jornais e rádios comunitárias;
- Veiculação de notícias sobre o projeto na imprensa municipal.

A comunicação em números



300
cartazes e banners



18.500
flyers e folders



30
faixas de rua



102 horas
de carro de som

Territórios em Rede

Você conhece crianças ou adolescentes de **Conselheiro Pena** que não estão estudando?

Envie uma mensagem que o projeto Territórios em Rede pode te ajudar!

WhatsApp:
(33) 99864-6077

Siga nosso projeto nas redes sociais:

- Facebook: /projetoterritoriosemrede
- Instagram: @territoriosemrede
- Website: www.territoriosemrede.org.br

Parceiros Institucionais: Prefeitura Municipal de Conselheiro Pena, Fundação Vale, APRENDIZ.

Territórios em Rede

Você conhece crianças e adolescentes de **4 a 17 anos de Conselheiro Pena** que não estão estudando?

Então envie uma mensagem que o projeto Territórios em Rede pode te ajudar!

WhatsApp: (33) 99864-6077

Siga nosso projeto nas redes sociais:

- Facebook: /projetoterritoriosemrede
- Instagram: @territoriosemrede
- Website: www.territoriosemrede.org.br

Parceiros Institucionais: Prefeitura Municipal de Conselheiro Pena, Fundação Vale, APRENDIZ.

Está aberto o período de matrículas!

Vá à escola mais próxima da sua casa e garanta a vaga da criança ou do adolescente!

Não perca essa oportunidade! Lugar de criança e adolescente é na escola.

Bora estudar!

Territórios em Rede Conselheiro Pena

Mais informações pelo WhatsApp: **(33) 99864-6077**

Parceiros Institucionais: Prefeitura Municipal de Conselheiro Pena, Fundação Vale, APRENDIZ.



Boletins

- Foram produzidos **36 boletins institucionais**



Google Trends

- 4.771 pesquisas** do termo Territórios em Rede, no Brasil



WhatsApp

- Foram enviadas **53 mensagens** para as famílias do município de Conselheiro Pena.
- A lista de transmissão chegou aos 293 contatos.



Youtube

O canal do Youtube teve:

- 8.772** visualizações
- 93.714** impressões



Facebook

- 354** publicações
- 5338** stories
- 187.458** pessoas alcançadas



Site

- 6,8 mil** usuários
- 6,7 mil** novos usuários
- 66.780** eventos



Instagram

- 351** publicações
- 5.338** stories
- 176.597** pessoas alcançadas


O Territórios em Rede teve uma expressiva divulgação, a fim de alcançar as famílias e proporcionar atendimento, além de avisos importantes relacionados aos serviços públicos locais disponíveis para a população.

Estabelecimento de Parcerias e Participação em Grupos de Trabalho:

Ao entrar no território, o articulador é orientado a buscar, se apresentar e conhecer os agentes locais, criando laços entre o projeto e a rede mapeada. Foi por meio dessa articulação que o projeto Territórios em Rede conseguiu reforçar e combater o fenômeno da criança fora da escola, além de estruturar uma dinâmica de trabalho que envolvesse a sociedade e o Poder Público.

Nesse contexto, a equipe local buscava articular as instituições parceiras, entre associação de moradores, entidades privadas, instituições religiosas, lideranças comunitárias, organizações não governamentais, órgãos públicos, sociedade civil, entre outros, compreendendo a “colaboração” como estruturante, para garantir a Educação como um direito básico.

Com base nessa estratégia, importantes avanços foram estabelecidos:

- 
- Reconhecimento dos agentes locais pelos articuladores;
 - Criação de laços com a rede e estruturação de uma dinâmica de trabalho conjunto;
 - Articulação com diversas instituições e lideranças locais para identificar casos e acionar serviços;
 - Participação em diferentes reuniões das redes de serviços e eventos locais.

Exemplos de parcerias estabelecidas:

A estação de Conselheiro Pena recebeu material de divulgação do projeto para distribuição nos trens e nas plataformas para mobilizar a população que utiliza esse meio de transporte.



Foto: : Banco de imagens do Projeto, 2022.

A equipe aproveitou o início do ano para realizar visitas e reuniões com o CRAS, CREAS, Conselho Tutelar e Secretaria Municipal de Saúde, visando fortalecer a parceria e os encaminhamentos com as políticas públicas do município, alcançando maior resolutividade dos casos atendidos.



Foto: : Banco de imagens do Projeto, 2023

As equipes de Tumiritinga e Conselheiro Pena somaram esforços para garantir a matrícula escolar de uma aluna atendida em Tumiritinga. A adolescente estava sem a documentação escolar e a família não conseguia se deslocar para o município vizinho. Com as unidades escolares envolvidas nos dois municípios foi possível apoiar a família com o pedido do histórico escolar. Mais uma matrícula garantida!



Foto: Banco de imagens do Projeto, 2023

Em Conselheiro Pena, a VI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente também contou com a participação de crianças e adolescentes de escolas municipais, estaduais e particulares. E a equipe realizou a mediação de um dos debates a convite do CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.



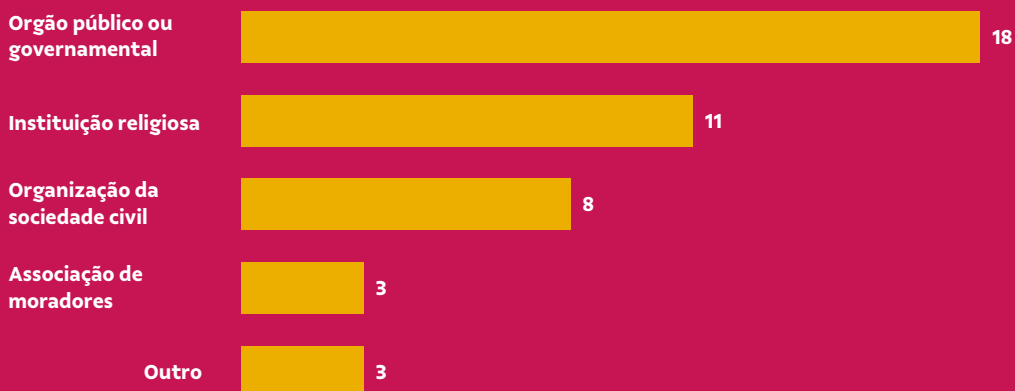
Foto: Banco de imagens do Projeto, 2022

Conselheiro Pena

Instituições locais mapeadas para colaboração com projeto por meio da indicação e/ou acolhimento de casos

43

Instituições mapeadas



Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.

Ao todo, 43 instituições foram mapeadas para colaborar com o projeto por meio de indicação e/ou acolhimento de casos. Entre as 20 escolas públicas de Educação Básica existentes em Conselheiro Pena, todas foram apoiadas pelo Territórios em Rede.



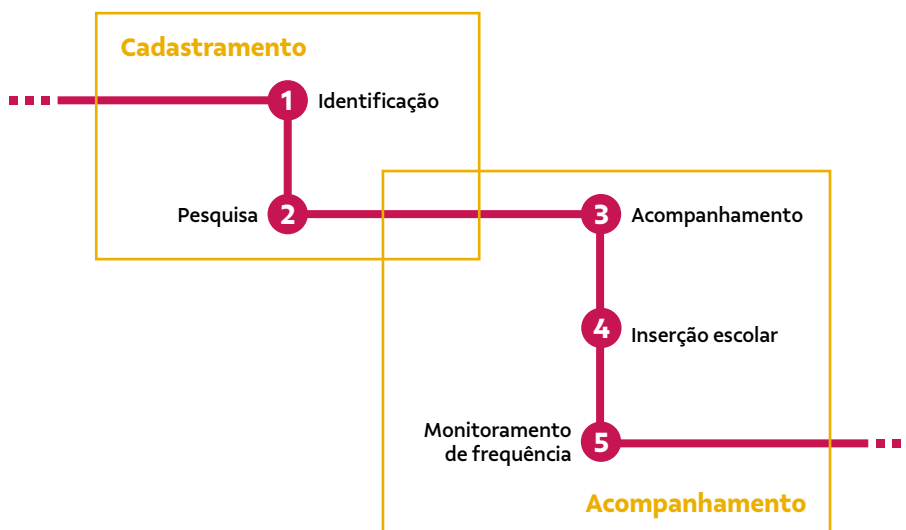
Foto: Péricles Siqueira, 2022

Monitoramento e avaliação

A equipe responsável pelo Monitoramento e Avaliação tinha a tarefa contínua de organizar, consolidar e produzir informações que servissem no acompanhamento, monitoramento e avaliação do projeto Territórios em Rede, com vistas à inserção e à permanência das crianças e dos adolescentes na escola.

A Figura a seguir ilustra o fluxo de informações sobre os atendimentos realizados.

Etapas de cadastro e acompanhamento



As informações eram originadas de três bases de dados criadas pelo sistema do projeto Territórios em Rede:

1. Perfil e demandas das crianças assistidas pelo projeto;
2. Instituições e parceiros identificados;
3. Ações realizadas para assegurar o acesso e a permanência das crianças nas escolas.

A plataforma digital do projeto, acessível tanto pelos articuladores quanto pelos gestores de campo, oferecia diversas funcionalidades, como:

- Análise e correção de informações obtidas em campo, incluindo a identificação de registros duplicados;
- Acompanhamento das metas individuais e coletivas da equipe;
- Extração de dados gerais, resultados por área e relatórios detalhados sobre o público assistido;
- Registro de iniciativas adicionais que vão além da matrícula das crianças nas escolas;
- Mapeamento geográfico das residências das crianças e das instituições parceiras;
- Elaboração de um perfil detalhado das crianças, contendo informações socioeconômicas, educacionais, de saúde e sobre a estrutura familiar.

Monitoramento da Frequência Escolar

Outro trabalho importante realizado pelo projeto foi a pactuação de um fluxo de monitoramento da frequência escolar por meio da coleta de informações diretamente com as escolas e de forma sistemática para todos os casos acompanhados pela equipe.

O fluxo acordado em Conselheiro Pena foi que, a cada bimestre (ou trimestre), o projeto enviaria uma planilha para cada escola com as crianças matriculadas

e a escola indicaria a situação de frequência do estudante. Os prazos, alinhados ao fechamento dos conselhos de classe, foram pactuados com a Secretaria e, uma vez que o projeto enviasse a planilha, a escola teria até duas semanas para o preenchimento.

A seguir o status da pactuação do fluxo com cada rede escolar de Conselheiro Pena.

Estado	Município	Rede	STATUS DA PACTUAÇÃO DO FLUXO	Periodicidade	Responsável pelo Preenchimento
MG	Conselheiro Pena	Municipal	ESTABELECIDO	Bimestral	Escolas
MG	Conselheiro Pena	Estadual	NÃO ESTABELECIDO		

Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.

Acompanhamento dos casos

No âmbito intersetorial do processo de Busca Ativa escolar e reinserção, era realizado, após a efetivação da matrícula, um acompanhamento das crianças e suas famílias, quando necessário. Esse acompanhamento se dava em diálogo direto com os gestores das unidades escolares, visando assegurar a permanência dos estudantes na escola por meio do monitoramento contínuo das listas fornecidas pela rede educacional. Em casos de indícios de nova evasão, o projeto retomava as etapas necessárias anteriores para prevenir ou facilitar o retorno da criança ao ambiente escolar.

Semanalmente, supervisionados pela gestão local, os articuladores se reuniam para discutir impressões, casos e desafios, com o objetivo de viabilizar o ingresso na escola das crianças e adolescentes identificados, compartilhando coletivamente estratégias possíveis para responder aos desafios encontrados. As equipes monitoravam as informações no banco de dados e as atualizações dos cadastros das famílias visitadas, e mantinham uma agenda frequente de reuniões com instituições parceiras para fortalecer a rede de apoio à permanência dos estudantes em sala de aula.

Outro ponto crucial do monitoramento era a devolutiva que os articuladores ofereciam às escolas, apoiando a compreensão sobre os motivos da infrequência, da evasão ou do não acesso de cada estudante. Essas devolutivas, muitas vezes, mudavam a leitura dos educadores sobre os casos de exclusão escolar, apoiando-os a melhor avaliar a realidade das famílias. Por exemplo, situações que antes apareciam como suposta negligência das famílias, passaram a ser compreendidas como situações desafiadoras que elas viviam.

A equipe foi convidada pela Secretaria Municipal de Educação a participar de um encontro com os diretores da rede estadual que atuam no município para apresentar o projeto. A ideia surgiu a partir do grupo de trabalho intersetorial, que percebeu a necessidade do compartilhamento dos resultados do Territórios em Rede com as escolas do estado. A partir desta interação, os gestores construíram uma agenda de visitas às escolas e encaminharam as listas de alunos infrequentes para a realização de Busca Ativa escolar.



Foto: : Banco de Imagens do Projeto, 2022.

A equipe foi acionada para acompanhar o caso de uma aluna com alto índice de infrequência escolar, que mora no Córrego Pau D'algo, uma localidade de difícil acesso e longe da escola na qual estava matriculada. A família não possui telefone ou acesso à internet, o que dificultou ainda mais a comunicação com a escola. Após o atendimento, a família foi encaminhada

para a Assistência Social do município que, por meio do CRAS, realizou visita domiciliar. A direção da escola sinalizou o retorno e frequência regular da criança à unidade escolar.



Equipe em articulação junto ao CRAS



Visita domiciliar para acompanhamento de casos

Fonte: banco de imagens do projeto, 2022.

Ações complementares

Durante a execução do trabalho de campo, constatou-se a existência de muitas famílias em situação de alta vulnerabilidade socioeconômica. Seja pelo agravamento da pobreza no período pandêmico ou pela fragilidade de algumas políticas públicas, notou-se que a insegurança alimentar, a falta de roupas, calçados e kits escolares eram condições presentes em grande parte das famílias atendidas pelo projeto e que esse cenário de privação contribuiu sensivelmente para o agravo das condições de acesso e permanência na escola das crianças e adolescentes.

Para além das demandas materiais apresentadas, a equipe de campo detectou a ausência ou a baixa resposta de políticas públicas com capacidade de suprir os desafios apresentados de maneira adequada.

Diante desse cenário, o projeto Territórios em Rede começou a operar, em julho de 2022, o **Apoio Eventual Emergencial**, uma estratégia complementar que tinha como objetivo viabilizar o atendimento de demandas urgentes de subsistência das famílias. Tais necessidades, quando identificadas pela equipe



Apoio Eventual Emergencial

Desenvolvido inicialmente nos municípios de Marabá (PA) e Serra (ES), onde as equipes do Territórios em Rede começaram a identificar famílias em situação de pobreza extrema ao serem localizadas para a inserção escolar de crianças e adolescentes, o **Apoio Eventual Emergencial** surge para viabilizar o atendimento de demandas urgentes de subsistência, considerando necessidades básicas como alimentação, higiene, vestuário, documentação e materiais escolares.

Tipos de itens oferecidos em caráter emergencial:

Itens avulsos:

- Compra de medicamentos que não sejam de uso contínuo;
- Compra de itens de higiene;
- Material básico escolar que não seja fornecido pelo município, por exemplo, mochila;
- Pagamento de refeições;
- Transporte para acesso a serviços essenciais pontuais.
- Roupas e calçados.
- Recurso para pagamento de taxas para emissão de documentos.

Itens temporários:

- Cestas básicas;
- Botijão de gás;
- Compra de medicamentos de uso contínuo;
- Transporte para acesso a serviços regulares (fisioterapia, fonoaudiologia, reforço escolar, entre outros);
- Contas de consumo, como água, luz e aluguel.

No total, **73 crianças** foram contempladas pelo Apoio Eventual Emergencial viabilizado pelo projeto Territórios em Rede em Conselheiro Pena.



durante uma visita domiciliar, não encontravam resposta a curto prazo no município com as políticas, equipamentos ou serviços da Assistência Social, Saúde, Educação ou, ainda, em organizações locais da sociedade civil.

Visando elaborar um plano de transição para essas famílias, os casos identificados foram direcionados aos serviços públicos do município. Isso era feito para atender às demandas específicas de cada família, encaminhando-as às áreas apropriadas a partir do Comitê Gestor Intersetorial. As estratégias incluíam:

- a.** Priorizar a reinserção de crianças e adolescentes na escola, um local de desenvolvimento integral e proteção social, como ação principal para reduzir a insegurança alimentar entre o público em idade escolar;
- b.** Realizar encaminhamentos para a Assistência Social para participação em programas relevantes e para a criação ou atualização do Cadastro Único. Isso incluía programas como o PAA, Bolsa Família, PAIF, PAEFI, PETI, BPC, Criança Feliz¹⁰, entre outros.
- c.** Promover a articulação com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e o PPA, que envolve a compra de alimentos da agricultura familiar e a doação para famílias de baixa renda.
- d.** Estabelecer conexões com os comitês do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos municípios, assegurando sua presença no Comitê Gestor Intersetorial.

10 PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
Bolsa Família – Programa Bolsa Família
PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Integral Especializado à Família e Indivíduos
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
BPC – Benefício de Prestação Continuada
Criança Feliz – Programa Criança Feliz



**Territórios
em Rede**

Conselharia Perna

O projeto Territórios em Rede tem como objetivo identificar crianças e adolescentes de 9 a 17 anos que não estão estudando em um centro de educação básica e inserir nos seus serviços públicos de Educação Básica do Conselharia Perna.

Foto: Perikles Siqueira, 2022.

Perfil das crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar em Conselheiro Pena

Entre as contribuições do Territórios em Rede, foi possível traçar um perfil das crianças e dos adolescentes em situação de exclusão escolar alcançadas em Conselheiro Pena.

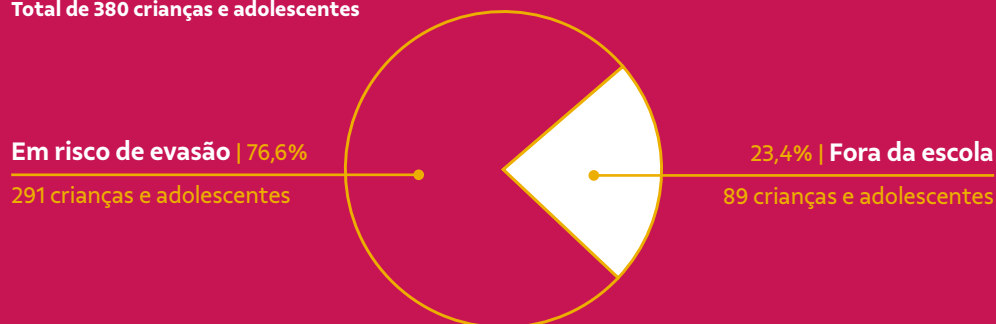
Observações Gerais

- Conselheiro Pena atende um grupo diversificado de crianças, com diferentes idades, gêneros e identidades raciais. Este cenário é caracterizado por desigualdades marcantes em termos de gênero, raça e configurações familiares.
- Desigualdade de gênero em termos de número (mais meninos que meninas). Esta diferença de gênero sugere que os meninos podem estar mais suscetíveis a abandonar a escola, talvez devido a pressões socioeconômicas ou a expectativas sociais diferenciadas em relação à Educação de meninos e meninas.
- A maioria das famílias tem baixa renda e é beneficiária de programas de transferência de renda;
- Mulheres são as principais responsáveis pelo cuidado do lar e das crianças e adolescentes, em grande parte, de forma solitária;
- Saúde e deficiência são fatores de destaque sobre a condição de exclusão escolar;
- Trabalho infantil e gravidez na adolescência são questões preocupantes, embora em baixa proporção.

Situação da exclusão escolar em Conselheiro Pena

(quando cadastrados no Projeto)

Total de 380 crianças e adolescentes



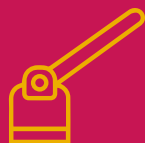
7,1%

frequentavam instituição educativa
extraescolar quando cadastrados
= 27 crianças e adolescentes



0,6%

cumpria medidas socioeducativas,
quando cadastrados
= 1 adolescente de 12 a 17 anos



9,7%

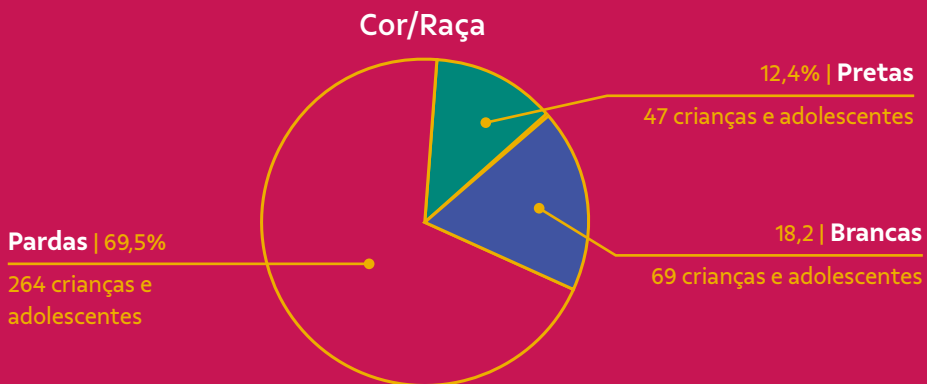
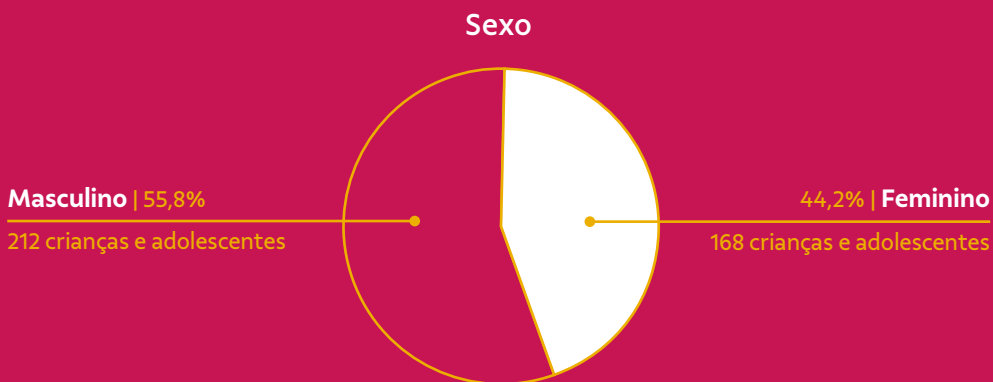
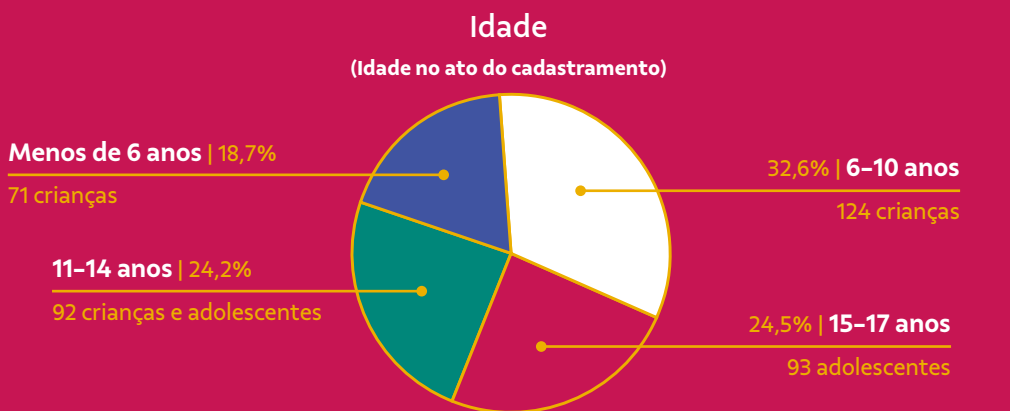
estavam envolvidas em trabalho infantil,
quando cadastrados
= 37 crianças e adolescentes



0,5%

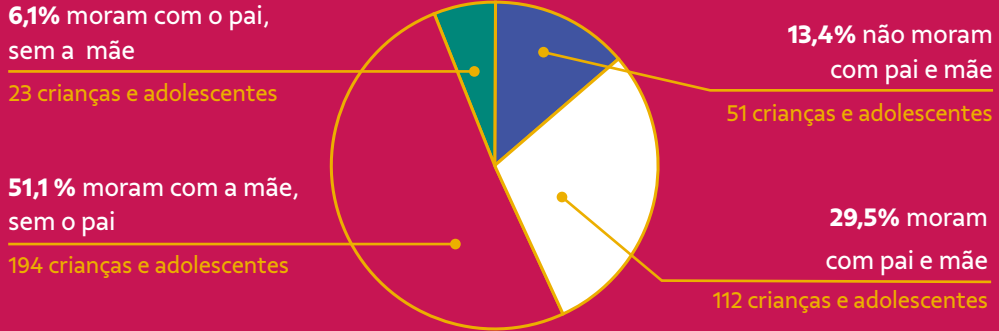
trabalhavam formalmente quando
cadastrados
= 2 adolescentes

Perfil das crianças identificadas pelo Territórios em Rede em Conselheiro Pena

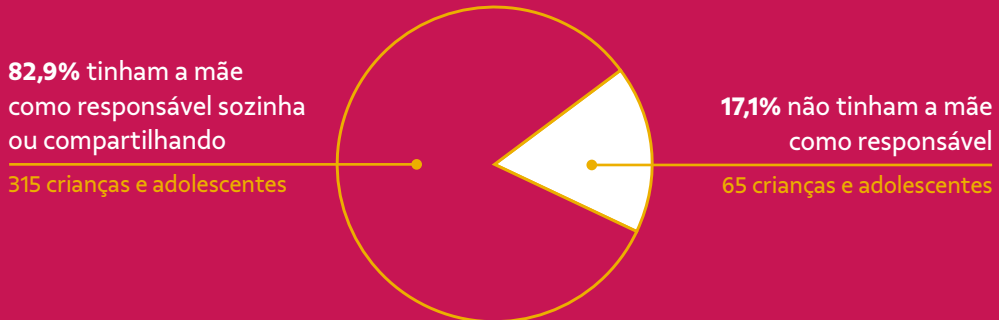


Configuração Familiar

Com quem as crianças e adolescentes residem

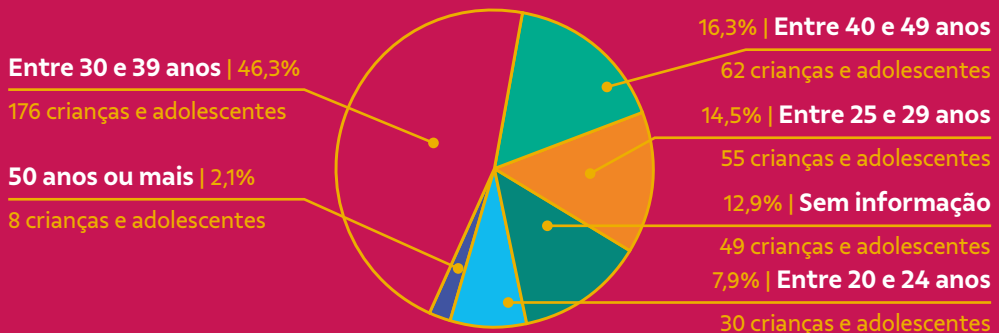


Responsável pelas crianças e adolescentes



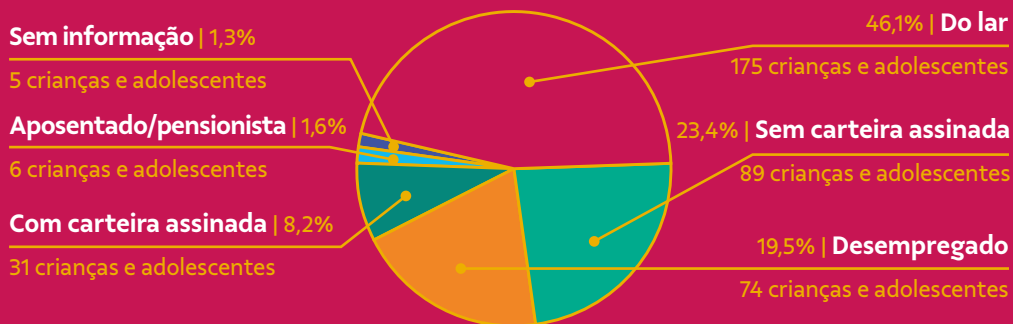
Idade da mãe

(quando da identificação pelo Territórios em Rede)

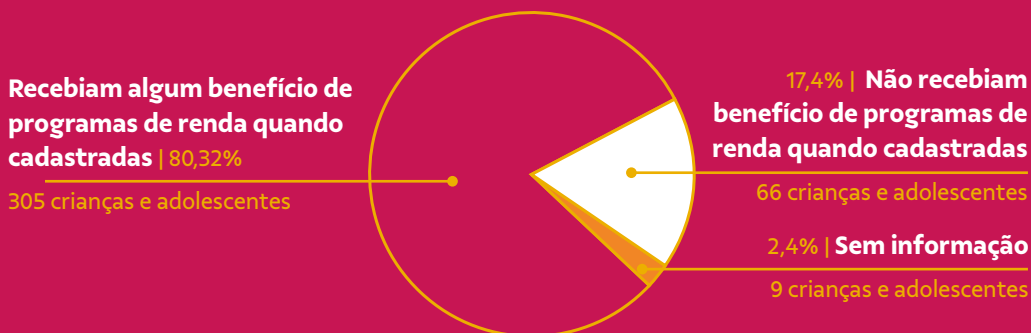


Trabalho e renda

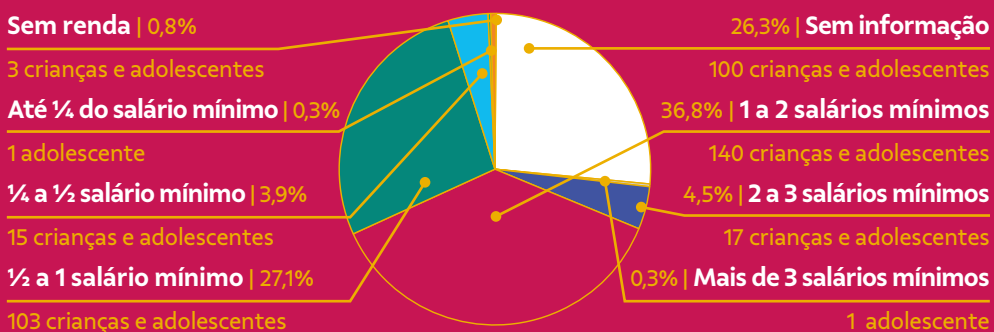
Ocupação dos responsáveis



Beneficiários de programas de renda



Renda familiar



Saúde



16,8%

tinham problemas de saúde
= 64 crianças e adolescentes



6,3%

possuem alguma deficiência
= 24 crianças e adolescentes



3,7%

enfrentavam uma gravidez na adolescência
= 3 meninas de 11 a 17 anos

Informações complementares



99,4%

moravam em um domicílio
= 378 crianças e adolescentes



0,5%

não tinham Certidão de Nascimento
= 2 crianças e adolescentes

Destques

Desigualdade Racial

- 82% das crianças que estavam em situação de exclusão escolar são negras (somando as categorias preta e parda), refletindo desigualdades raciais profundas na comunidade. Esta proporção sugere que as crianças negras enfrentam barreiras específicas no acesso à Educação, possivelmente ligadas a questões econômicas, discriminação racial e falta de representatividade.

Desigualdades Sociais e Econômicas

- A maior parte das crianças (51%) moram com a mãe, sem a presença do pai, indicando que as mulheres assumem a maioria das responsabilidades na criação dos filhos, frequentemente sem apoio de um parceiro, por motivos diversos como separação ou viuvez.
- 83% das crianças têm a mãe como responsável principal ou compartilhando, enfrentando desafios econômicos e emocionais, especialmente em contextos monoparentais, com a difícil tarefa de equilibrar sobrevivência, geração de renda e cuidados com os filhos.
- Há nessas famílias um percentual significativo de responsáveis “do lar” e desempregadas (46% e 19% das crianças, respectivamente, têm a pessoa responsável nessas situações), o que indica uma baixa participação no mercado de trabalho formal e, conseqüentemente, uma maior vulnerabilidade econômica.

Os dados fornecem uma visão detalhada da situação de exclusão escolar e das condições de vida das crianças e adolescentes no município, ressaltando áreas críticas que necessitam de atenção e intervenção.

Este panorama em Conselheiro Pena reflete tendências mais amplas no Brasil, onde as desigualdades educacionais estão atreladas a questões raciais, de gênero e socioeconômicas. As disparidades no acesso à Educação de qualidade, recursos limitados como internet e banda larga em famílias de baixa renda, e as diferenças nas experiências educacionais durante a pandemia de covid-19 exacerbaram as desigualdades. A sobrecarga enfrentada pelas mulheres, especialmente em contextos de baixa renda e minorias raciais, destaca a necessidade de políticas públicas que abordem as desigualdades de gênero, raciais e socioeconômicas de maneira integrada.

Urgência das questões raciais

A desigualdade racial no Brasil é profundamente enraizada e sistêmica, persistindo devido à insuficiência de políticas públicas voltadas para combatê-la. Segundo dados do IBGE (2018)¹¹, embora os indivíduos pretos e pardos constituam 56% da população brasileira, eles representam 71% daqueles que vivem abaixo da linha de pobreza. Em contraste, os brancos compõem 27% deste grupo. A situação torna-se ainda mais agravante quando analisamos a extrema pobreza: 73% são negros, enquanto apenas 25% são brancos. Para criar uma sociedade mais justa, é essencial entender como cada segmento socioeconômico contribui para perpetuar o racismo, a fim de desenvolver abordagens eficazes para combatê-lo.

No âmbito educacional, tal disparidade é flagrante. Lutar contra ela é fundamental para promover qualquer transformação significativa. Apenas com uma abordagem comprometida com uma Educação das Relações Étnico-Raciais e o enfrentamento do racismo podemos aspirar a uma sociedade mais equitativa.

Esta análise reforça a urgência de políticas públicas voltadas a mitigar as desigualdades raciais que se antepõem à efetivação do Direito à Educação, considerando acesso, permanência escolar e aprendizagem, por meio de uma abordagem antirracista, que contempla da esfera pedagógica à gestão escolar.

O compromisso com a política antirracista precisa, ainda, estar presente em todas as áreas de atuação do Estado Democrático de Direito, em especial, nas políticas sociais direcionadas à população negra.

¹¹ Fonte: IBGE. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf



A garantia de acesso à Educação para todas as crianças, independentemente de suas condições de saúde ou outros desafios sociais, é fundamental para o desenvolvimento igualitário e equânime das famílias. Políticas e programas que abordam esses aspectos são essenciais para assegurar que todas as crianças tenham oportunidades educacionais iguais e possam alcançar seu pleno potencial.

Política Nacional de Cuidados

Em outubro de 2023, o Brasil publicou o Marco Conceitual para a formulação da Política Nacional de Cuidados e do Plano Nacional de Cuidados. Produzido por um Grupo de Trabalho Interministerial – coordenado pelos Ministérios do Desenvolvimento e Assistência Social e das Mulheres e com mais de 20 pastas envolvidas, além de IBGE, IPEA e Fiocruz –, o documento¹² busca conceituar o tema, reconhecendo a distribuição desigual do cuidado na sociedade brasileira. Compreendido como um direito, o cuidado pode ser ofertado e demandado por toda e qualquer pessoa ao longo da vida, mas em especial crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência. Entretanto, devido às desigualdades estruturais de gênero, recai sobre as mulheres, principalmente negras, esse tipo de trabalho. Avanços na estruturação de serviços e políticas de Estado que reflitam a economia de cuidados, ou seja, que reconheçam e valorizem aquilo que é necessário para a manutenção da vida no seu cotidiano, podem representar mudanças importantes na reflexão sobre as condições necessárias para o acesso e permanência de crianças e adolescentes nas escolas.

¹² Disponível em <https://www.gov.br/participamaisbrasil/marco-conceitual-da-politica-nacional-de-cuidados-do-brasil>.



Foto: Perikles Siqueira, 2022.



Cenários da exclusão escolar

Para melhor compreender a situação de exclusão escolar de crianças e/ou adolescentes, e suas famílias, eram coletadas informações sobre os motivos pelos quais não tinham sido matriculados, haviam abandonado ou evadido os estudos, ou estavam infrequentes na escola.

Com base nas informações fornecidas pelas famílias localizadas pelo projeto, a equipe de sistematização do Territórios em Rede categorizou os dados em dois grupos: fatores internos à rede pública de ensino e fatores externos à rede pública de ensino, congregando outras questões, para além da atribuição da escola, que impedissem o Direito à Educação.

Motivos da exclusão escolar¹³

Resumo

Dentre os motivos mais observados para a exclusão escolar no município, estavam:

- Família em situação de pobreza (falta de renda / recursos);
- Desinteresse da criança e/ou adolescente pelos estudos / escolarização;
- Crianças e adolescentes com problemas de saúde ou deficiência;
- Violências físicas, territoriais ou discriminação.

13 Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.



Fatores Internos à Educação em Conselheiro Pena:

Oferta de vagas e qualidade da infraestrutura escolar: Em Conselheiro Pena, 38,2% das crianças e adolescentes estão em famílias que mencionaram o ambiente escolar inadequado e a falta de vaga como razões para a exclusão escolar, o que sugere que a qualidade do ensino e a infraestrutura educacional na região necessitam de melhorias para reduzir as taxas de evasão.



Fatores Externos à Educação em Conselheiro Pena:

Condições socioeconômicas: 49,5% das crianças e adolescentes estão em famílias que citaram a falta de renda, situação de pobreza, vulnerabilidade social ou questões familiares como o motivo principal para a exclusão escolar. Este alto percentual reflete as desigualdades socioeconômicas profundas na região, onde famílias enfrentam dificuldades financeiras que afetam diretamente o acesso à Educação.

Problemas de Saúde: 11,6% das crianças e adolescentes estão em famílias que relataram problemas de saúde da criança ou de membros da família como uma barreira ao acesso à escola, o que indica a necessidade de melhor integração entre os serviços de Saúde e Educação na região para apoiar crianças e famílias que enfrentam desafios de saúde.

Violência e Discriminação: Embora representem uma pequena porcentagem (0,8% das crianças e adolescentes), casos de violência e discriminação em Conselheiro Pena são preocupantes e podem criar ambientes hostis que desencorajam a permanência na escola, destacando a necessidade de políticas de segurança e inclusão.

Os dados de Conselheiro Pena revelam a interconexão entre fatores internos e externos na questão da exclusão escolar. Enquanto problemas socioeconômicos e de saúde representam desafios significativos à rede de proteção social, aspectos relacionados à gestão educacional, qualidade do ensino e infraestrutura escolar também são fundamentais. Assim, uma abordagem interseccional, que considere tanto o contexto socioeconômico quanto a qualidade da Educação, é fundamental para enfrentar, efetivamente, a exclusão escolar em Conselheiro Pena.



“O fracasso do projeto escolar assume crescente importância na formação social do sujeito, comprometendo o exercício de sua cidadania e, no limite, sua própria integridade física e intelectual.”

Marcelo Burgos, professor e pesquisador da PUC-Rio.¹⁴

14 BURGOS, M e al. Infrequência e Evasão Escolar: nova fronteira para a garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. In: Revista Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio n. 15, jul/dez, 2014, pp. 71-105

Casos ilustrativos

Articulação intersetorial entre Educação e Saúde

Caso 1

A situação a ser descrita foi abordada pela equipe do Territórios em Rede após a escola alertar sobre a ausência frequente de um estudante. Descobriu-se que o motivo era o autismo de D., necessitando de assistência especializada. Sua mãe, com laudos desatualizados, precisou obter novas avaliações para oficializar a condição de seu filho perante a escola. Era fundamental o acompanhamento permanente pela rede de proteção, pois D. não podia ser deixado sozinho na escola. Com a intervenção, um professor de apoio foi providenciado. Anteriormente inquieto e isolado, o menino passou a participar ativamente das aulas na sala de recursos. Sua transformação foi expressiva; de evitar contato físico e demonstrar comportamento adverso, tornou-se sociável e focado. Graças ao cuidado e intervenção adequados, ele experimentou uma mudança significativa no processo de socialização, interagindo com colegas e aceitando contato físico, um avanço considerável. A mãe conseguiu agendar uma consulta com um profissional especializado da rede de Saúde, que passou a atender o aluno, inclusive, na escola, proporcionando-lhe o cuidado necessário para acessar o Direito à Educação num ambiente escolar mais qualificado e acolhedor.

Caso 2

Este caso ilustra uma situação complexa enfrentada por uma família com histórico de mudanças constantes, composta por um casal com seis filhos de relações anteriores, residindo no mesmo contexto familiar. Durante o período de atuação da equipe de articuladoras do Territórios em Rede no município, a família passou por seis mudanças de residência. Na primeira abordagem, identificou-se que a mãe enfrentava problemas relacionados ao uso prejudicial de álcool e mencionou a condição de diabetes de uma das

filhas. Contudo, essa informação não estava registrada nos serviços da rede de Saúde da Família. Após o desaparecimento temporário da família, eles foram localizados na zona rural, e o caso foi levado para discussão em uma reunião intersetorial. Durante a reunião, a referida família, se tornou foco de uma ação coordenada. A representante da Saúde, presente na reunião, contatou imediatamente a enfermeira da área rural, iniciando um processo de mobilização. Foi confirmada a condição de diabetes da menina e uma agente de Saúde assumiu a responsabilidade de fornecer medicação para o devido cuidado. Foi descoberta uma outra condição de saúde de outra criança, possivelmente epilepsia, necessitando de investigação adicional. Além disso, encaminhou-se a mãe, que evitava sorrir devido à vergonha de sua condição dental, para tratamento odontológico, visando a confecção de próteses dentárias. A Assistência Social, que já havia atendido a família anteriormente, retomou o acompanhamento, oferecendo suporte com cestas básicas. A equipe do projeto trabalhou na regularização da documentação da família, facilitando a frequência escolar das crianças, apesar das frequentes mudanças de escola, o que impactava negativamente o aprendizado, especialmente das crianças mais velhas. Uma delas, com 15 anos, e em atraso escolar, foi encaminhada para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). As crianças da família, apesar de enfrentarem dificuldades constantes, mostraram melhor frequência escolar quando residiam na zona rural graças à disponibilidade de transporte escolar.

Incluindo a lógica intersetorial na análise de ambos os casos, percebemos a importância de uma abordagem colaborativa e multidisciplinar para responder efetivamente aos desafios da exclusão escolar. No caso 1, a exclusão escolar é abordada de forma intersetorial, integrando Educação, Saúde e apoio familiar. Revela-se o quanto o papel da escola vai além da Educação formal, identificando sinais de necessidades especiais e promovendo uma intervenção precoce. A colaboração com os profissionais de Saúde, como no caso de um atendimento especializado, e a atualização dos laudos médicos foram efetivos para garantir

que as necessidades básicas fossem atendidas. Além disso, o envolvimento da família, representada pela mãe, foi decisivo. A equipe do projeto funcionou como uma ponte entre a criança/família e os serviços de apoio, facilitando a comunicação e garantindo que as intervenções fossem realizadas. No caso 2, a exclusão escolar expressa um conjunto complexo de desafios sociais, de saúde e educacionais. A abordagem intersectorial foi necessária para entender e responder a esses desafios de forma multidimensional. A colaboração entre os serviços assistenciais, de saúde e educacionais permitiu uma compreensão mais profunda das necessidades da família e o desenvolvimento de estratégias mais ativas. Por exemplo, a intervenção da Saúde não apenas abordou as necessidades médicas, como diabetes e epilepsia, mas também contribuiu para o bem-estar geral da família, como no caso do tratamento odontológico da mãe. Este bem-estar tem um impacto direto na capacidade da família de obter as condições básicas para o acesso à Educação das crianças. Da mesma forma, a equipe do Territórios em Rede ofereceu suporte básico e ajudou na regularização da documentação da família. Isso facilitou o acesso das crianças à Educação, apesar das mudanças frequentes de residência. O transporte escolar na zona rural, por exemplo, foi um elemento prático que demonstra como soluções específicas podem melhorar significativamente a frequência escolar.



Visita da equipe a Unidade Básica de Saúde Mãos Dadas

Articulação com Assistência Social e acesso à Justiça

Caso 3

Esse caso revelou uma complexidade familiar significativa. A mãe solo tinha quatro filhos, enfrentando desafios particulares com cada um deles, em especial com A., que resistia à escolarização. A história da mãe é marcada por um episódio traumático de violência doméstica, com implicações sérias para ela e seus filhos. Foi desenvolvido um trabalho intenso em diversos aspectos como o cadastramento dos filhos, articulação com instituições educacionais, suporte psicológico, e assistência básica como a distribuição de cestas básicas e encaminhamentos ao CRAS e serviços de saúde. O medo e a angústia decorrentes da violência vivenciada, segundo a mãe, resultaram em comportamentos de isolamento e dificuldades em participar de atividades fora do lar, evidenciando a necessidade de um suporte multidimensional para o seu fortalecimento e autonomia.

Caso 4

A família recém-chegada na cidade, oriunda da zona rural, foi localizada pela Busca Ativa escolar inicialmente por meio de uma indicação anônima de uma tia preocupada com a infrequência escolar das crianças, enfatizando a necessidade de uma intervenção precoce para evitar a evasão escolar. A escola também corroborou a preocupação, relatando a baixa frequência de uma das crianças. Após localizar a família na zona rural, observou-se que a criança já havia iniciado a frequência escolar, beneficiando-se do transporte escolar. Importante notar que a mãe, analfabeta, demonstrou compromisso em assinar os termos necessários para o acompanhamento do projeto, mesmo com suas limitações educacionais. A equipe do Territórios em Rede atuou inicialmente no caso realizando um encaminhamento para a Assistência Social do município. A assistente social visitou a família na zona rural, fornecendo uma cesta básica e orientações sobre o Cadastro Único, passo obrigatório para acessar benefícios sociais como o Bolsa Família. Apesar dos desafios de deslocamento, a família conseguiu

realizar o cadastro. Posteriormente, a família se mudou para a cidade e a frequência escolar da criança foi regularizada. A segunda intervenção da equipe do Territórios em Rede foi a assistência na obtenção de documentos de identidade para a mãe e a filha, uma ação básica para a garantia de direitos e acesso a serviços. Esta intervenção foi facilitada por uma articuladora que organizou o agendamento na delegacia de polícia e acompanhou pessoalmente a mãe, que enfrentava desafios ligados à alfabetização, e a filha, assegurando que a menina pudesse frequentar a escola após a obtenção do documento.

Caso 5

Em um contexto de vulnerabilidade social, foi identificada uma família em condição de insegurança alimentar. Durante uma ação emergencial de distribuição de cestas básicas na véspera do Natal, a equipe do projeto Territórios em Rede organizou uma operação para a entrega dos insumos. Ao visitar a residência da referida família observou-se que a estrutura habitacional havia sido afetada por chuvas recentes, resultando em inundações. A mãe, responsável pela guarda das crianças, emocionalmente impactada, expressou alívio por não terem sido esquecidos. O cenário indicou uma perda significativa de bens materiais e de provisões alimentares devido ao evento climático. A intervenção emergencial da equipe atendeu às necessidades imediatas da família, mas exigiu um conjunto de ações consequentes para acessar os direitos sociais básicos junto à rede pública, especialmente o acesso à Educação das crianças para o próximo ano letivo.

Em todos esses casos é possível perceber como a desigualdade social, a pobreza e as questões de gênero estão intrinsecamente ligadas aos desafios da exclusão escolar. Uma abordagem intersetorial sensível a esses fatores é essencial para abordar eficazmente as barreiras para a Educação e promover a igualdade. Reconhecendo e respondendo às complexidades da pobreza, desigualdades de gênero e desafios sociais, as intervenções podem ser mais eficazes na promoção da inclusão educacional e no fortalecimento de famílias em situações de

vulnerabilidade. No caso 3, a intervenção intersetorial facilitou o acesso a documentos, suporte educacional e benefícios sociais para superar essas barreiras e promover a igualdade de acesso à Educação e outros direitos básicos. No caso 4, a situação da família, recém-chegada da zona rural, destaca as desigualdades sociais e a pobreza como barreiras significativas ao acesso à Educação. O analfabetismo da mãe e a falta de familiaridade com os sistemas urbanos de Educação e Assistência Social refletem as desigualdades persistentes entre as áreas rurais e urbanas. Estas desigualdades são frequentemente exacerbadas pela pobreza, limitando o acesso a recursos educacionais e sociais. No caso 5, a experiência da família com inundações e insegurança alimentar ilustra como a pobreza pode agravar a vulnerabilidade a desastres naturais e emergências climáticas. Famílias em situação de pobreza muitas vezes residem em áreas mais suscetíveis a desastres naturais e têm menos recursos para se recuperar de tais eventos. Neste caso, a insegurança alimentar e a perda de bens materiais devido a um evento climático destacam a intersecção de pobreza, vulnerabilidade e acesso à Educação. As intervenções de emergência, juntamente com o suporte contínuo para acessar direitos sociais básicos, são cruciais para garantir a resiliência dessas famílias e evitar a interrupção da Educação das crianças.



“O projeto é muito bom, gosto muito quando há visita na minha casa. As crianças estão mais obedientes, estão fazendo as atividades escolares. Levei minha filha no psicólogo encaminhado pelo projeto e a escola já me chamou e disse que ela está diferente, não está agitada. As crianças não estão ficando mais na rua como antes, e pararam de catar sucatas para vender no ferro-velho.”

Mãe de três crianças, de 6, 9 e 11 anos, atendidas pelo projeto em Conselheiro Pena



Foto: Perikles Siqueira, 2022

Intersetorialidade

Os casos narrados, de forma breve, revelam a importância da lógica intersetorial nas ações da equipe do projeto Territórios em Rede em Conselheiro Pena.

Ao trabalhar em conjunto com diversos setores das políticas sociais e atores institucionais, o projeto visava abordar as múltiplas causas da exclusão escolar e fornecer soluções imediatas e/ou abrangentes que criassem condições para que as crianças e suas famílias acessassem seus direitos. O projeto, então, atuou como uma ponte entre as famílias e os serviços essenciais. A equipe

realizou articulações com órgãos, como o CRAS, CREAS e CT¹⁵ escolas ou unidades de Saúde, incluindo visitas domiciliares, distribuição de cestas básicas e agendamento e acompanhamento de consultas médicas.

Além de atuar diretamente na mediação da necessidade de vagas escolares com a oferta da rede educacional, o projeto trouxe novas rotinas e reflexões para os profissionais da Educação, desde o nível da gestão educacional, passando pela gestão escolar até a atuação pedagógica. Ao lançar luz sobre a questão da exclusão escolar no município, a rede municipal de Educação começou a se reorganizar, pós-pandemia, para produzir as informações necessárias à Busca Ativa escolar do projeto. Isso incentivou o monitoramento periódico da frequência escolar, o mapeamento dos casos de abandono e a resolução de entraves para a matrícula, dentre os quais o aceite da matrícula em qualquer momento do ano letivo e a organização das documentações pendentes com a rede de proteção social, sem impedimentos para se restabelecer o vínculo escolar.

Durante seu percurso em Conselheiro Pena, o projeto Territórios em Rede ajudou a orientar e definir critérios para a Busca Ativa escolar no município, tendo em vista as dificuldades de crianças e adolescentes mais vulnerabilizados de acessar a escolarização naquele período.

15 CRAS – Centro de Referência de Assistência Social; CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social; CT – Conselho Tutelar



Territórios
em Rede

Territórios em Rede
Conselheiro Pena

O projeto Territórios em Rede tem como objetivo identificar crianças e adolescentes a 17 anos que não estão estudando em escolas públicas de Ensino Básico de Conselheiro Pena.

Foto: Perikles Siqueira, 2022.

Resultados e impactos

Com a meta inicial de 300 inserções, os números alcançados em Conselho Pena evidenciam o grande desafio do combate à exclusão escolar enfrentado na região. Ao mesmo tempo, a equipe do Territórios em Rede demonstrou sua capacidade de incidir diretamente no território: entre 380 crianças e/ou adolescentes identificados, 355 voltaram para a escola ou permaneceram nela, ou seja, uma taxa de sucesso de 118% em relação à meta.

- 89 crianças ou adolescentes estavam fora da escola e 64 foram matriculados (72%).
- 291 crianças ou adolescentes estavam em risco de evasão e todos foram reinseridos (100%)

	Identificados	Inseridos	Meta	Alcance da meta
Conselheiro Pena	380	355	300	118%

Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.

Métodos de identificação

Em Conselho Pena, o processo de produção e validação das listas produzidas pela rede de ensino, que incluíam dados de unidades escolares ou da Secretaria de Educação sobre abandono e infrequência, foi a principal forma de localização das crianças e adolescentes fora da escola, alcançando 40,8% das crianças e adolescentes cadastrados. O desdobramento dessas listas, ou seja, indicações de alguém já listado, compreendeu 11,6% das localizações. Já a Busca Ativa escolar foi uma importante forma de localização das crianças e adolescentes fora da escola, representando 22,6% dos cadastrados..

Por outro lado, 8,2% das identificações foram fruto de demanda espontânea, isto é, quando o projeto foi procurado espontaneamente pela família e/ou mobilização comunitária. As indicações diretas da rede articulada também desempenharam importante papel, com equipamentos públicos da Assistência Social, como CRAS, CREAS e Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS), contribuindo com 3,9%, e da Saúde, como UBS, UPA e CAPS¹⁶, com 6,6%. O Conselho Tutelar, com 1,8%, e as organizações da sociedade civil, com 4,5%, também contribuíram.

Estratégias de identificação	Crianças e adolescentes	%
Listas oficiais da Educação: de unidade escolar ou de secretarias de Educação (abandono, infrequente, distorção idade-série).	155	40,8%
Busca ativa: abordagem ativa.	86	22,6%
Listas oficiais da Educação: desdobramento (indicação de alguém da lista).	44	11,6%
Demanda espontânea: projeto procurado pela família ou respondente.	31	8,2%
Indicação de equipamento público da Saúde, como UBS, UPA e CAPS	25	6,6%
Indicação de organização da sociedade civil, instituição religiosa, comércio.	17	4,5%
Indicação de equipamento público da Assistência Social como CRAS, CREAS, SEAS.	15	3,9%
Indicação do Conselho Tutelar.	7	1,8%
Total geral:	380	100%

Além disso, o projeto Territórios em Rede desempenhou um papel crucial ao articular as demandas do território com a gestão pública. A atuação da equipe

¹⁶ Unidade Básica de Saúde, Unidade de Pronto Atendimento, Centros de Atenção Psicossocial.

buscou promover a integração da rede de proteção e do Sistema de Garantia de Direitos das crianças e dos adolescentes.

Ao apresentar para a Secretaria de Educação, sistematicamente, os motivos da exclusão escolar identificados por escola, por bairro, por etapa de ensino e o perfil socioeconômico das crianças, adolescentes e suas famílias, foi possível contribuir para o planejamento das redes, sua autoavaliação, além de proporcionar insumos para a reformulação de projetos político-pedagógicos orientados ao acolhimento dos estudantes vulnerabilizados socialmente para a prevenção e o enfrentamento da exclusão escolar. Trata-se, contudo, de um processo lento, que teve como aposta o caminho da formalização de uma política pública intersetorial que pudesse dar a estas ações um caráter perene e efetivo.

Para alcançar esses resultados, foram realizadas **4.055 ações de acompanhamento de crianças e adolescentes/famílias** atendidas para orientações e encaminhamentos. Para esses atendimentos, foram realizadas **3.670 visitas domiciliares** e **1.354 contatos remotos**. Dos 599 encaminhamentos feitos pela equipe visando a reinserção escolar e/ou inclusão:

- **340** foram para a Assistência Social
- **152** para a Educação
- **43** para a Saúde
- **32** para o Conselho Tutelar
- **19** para a Segurança Pública
- **13** para organizações da sociedade civil.

Entre as 20 escolas municipais e estaduais existentes em Conselheiro Pena, 20 foram apoiadas pelo projeto Territórios em Rede, ou seja, 100% do total.

Como resultado de um trabalho coletivo e articulado, em 5 de abril de 2023, foi realizada a formalização do Comitê Gestor Intersetorial, via Decreto Municipal

nº 2.817. Com uma periodicidade mensal, as reuniões do Comitê contam com a participação de diferentes atores sociais engajados na agenda de enfrentamento da exclusão escolar. Sua formalização contribui para a permanência deste importante espaço de trocas, ao mesmo tempo em que fortalece a rede e o trabalho intersetorial em torno das demandas e desafios do município.

Nos encontros, a plataforma Busca Ativa Escolar do Unicef (BAE) foi destacada como uma alternativa para a continuação das ações pós-projeto. Em junho de 2022, após sugestão dos membros do Comitê, um encontro com a então Prefeita de Conselheiro Pena foi organizado para apresentação da plataforma, resultando na adesão municipal.

Para lembrar!

Há um acervo de material e vídeos/documentários publicados no Canal YouTube do Projeto: https://youtu.be/auE8GvIcEAO?si=TJ_qSbz0WBU5ORh5



↑ Canal *YouTube* do projeto.

Incidência política

O projeto Territórios em Rede busca apoiar a consolidação de políticas públicas intersetoriais de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar, formalmente reconhecidas pelos municípios. Além disso, visa capacitar os agentes públicos envolvidos para a efetiva implementação dessas políticas.

Há uma série de ações realizadas pelo projeto, em diferentes etapas e conforme a disponibilidade dos municípios em prosseguir com as orientações fornecidas, de modo que a experiência da incidência política em cada município seja única e progressiva.

A implementação da metodologia do projeto, por meio de suas ações diretas no território para a inserção escolar das crianças e adolescentes, inicia um percurso de incidência prática a partir do estabelecimento de rotinas, fluxos, produção de informações e ações intersetoriais e de mobilização orientadas ao atendimento dos casos identificados pelo projeto.

Paralelamente, se estabelecem espaços específicos de gestão das práticas instauradas, como o Comitê Gestor Intersetorial, mas também outros fóruns criados ou fortalecidos em nível local, reunindo equipamentos públicos e sociedade civil em torno da agenda de enfrentamento da exclusão escolar. O projeto atua, nesse sentido, incentivando que estes espaços permaneçam ativos, inclusive, por meio de sua institucionalização.

Além disso, ações formativas são conduzidas com a finalidade de capacitar agentes públicos na atuação da Busca Ativa escolar e demais estratégias necessárias à implementação de uma **política pública permanente** com foco nesta agenda. É importante destacar que as ações realizadas neste sentido são construídas de forma dialógica com os representantes municipais, com especial adesão das pastas de Educação, Assistência Social e Saúde.

Ações de incidência para políticas públicas



Em Conselheiro Pena, o trabalho de incidência política começou desde o início do projeto, estabelecendo uma rotina de articulação e acompanhamento com as secretarias relevantes. Inicialmente, foram realizadas reuniões setoriais para definir fluxos de identificação de crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar, com base nas práticas já adotadas em seus respectivos programas. Com base nas potencialidades identificadas, o projeto iniciou uma dinâmica contínua de mediação entre as diferentes áreas da administração pública, visando promover uma ação intersetorial coesa.

Assim o Comitê Gestor Intersetorial estabeleceu uma rotina de reuniões mensais, com o objetivo de compreender o fenômeno da exclusão escolar no município, envolvendo a análise de casos reais atendidos pelo projeto,

as características da população identificada naquela situação e os desafios enfrentados pela rede de proteção social.

Ao todo, foram realizadas 22 reuniões do Comitê Gestor Intersetorial.

Teve destaque, ainda, a parceria com a estratégia **Busca Ativa Escolar**, uma iniciativa do Unicef e da Undime¹⁷ para municimar as gestões municipais com ferramentas e metodologias de enfrentamento da exclusão escolar, como um caminho para promover a estruturação de uma política pública por meio de formações destinadas à utilização da plataforma *on-line* que o programa disponibiliza aos municípios, assim como a apropriação metodológica das ações de Busca Ativa e do trabalho intersetorial. Deste modo, o projeto estabeleceu, junto à Prefeitura de Conselheiro Pena, um trabalho que realizou desde o incentivo à adesão do município à estratégia até ações de assessoria para a aprendizagem sobre seu funcionamento e operação: orientação para a organização dos fluxos intersetoriais, formulação de plano de trabalho, capacitação de equipes (orientadores pedagógicos, agentes comunitários de saúde, assistentes sociais, conselheiros tutelares, entre outros) e estímulo à autonomia para a condução do Comitê Gestor Intersetorial.

As seguintes secretarias e instâncias públicas participaram deste fórum:

- Secretaria Municipal de Educação (Equipe Psicossocial e Coordenação Pedagógica)
- Secretaria Municipal de Saúde (Coordenadora de Atenção Primária e Assistente Social)
- Secretaria Municipal de Assistência Social (Secretária Municipal e Coordenadora do CRAS)
- Conselho Tutelar
- Conselho Municipal de Direitos das Crianças e dos Adolescentes – CMDCA

Busca Ativa Escolar (Unicef/Undime)¹⁸

A Busca Ativa Escolar é uma estratégia composta por uma metodologia social e uma ferramenta tecnológica disponibilizada gratuitamente para estados e municípios. Ela foi desenvolvida pelo Unicef, em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), com apoio do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems).

A intenção é apoiar os governos na identificação, registro, controle e acompanhamento de crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de evasão. Por meio da Busca Ativa Escolar municípios e estados têm dados concretos que possibilitam planejar, desenvolver e implementar políticas públicas que contribuam para a garantia de direitos de meninas e meninos.

A Busca Ativa Escolar reúne representantes de diferentes áreas – Educação, Saúde, Assistência Social, Planejamento, etc., fortalecendo, dessa forma, a rede de proteção. Cada Secretaria e seus profissionais têm um papel específico, que vai desde a identificação de uma criança ou adolescente fora da escola ou em risco de abandono, até a tomada das providências necessárias para seu atendimento nos diversos serviços públicos, sua (re)matrícula e sua permanência na escola.

Todo o processo é acompanhado pela ferramenta tecnológica, que funciona como um grande banco de dados que facilita a comunicação entre as áreas, armazena dados importantes sobre cada caso acompanhado, e apoia na gestão das informações sobre a situação da criança e do adolescente no município e/ou estado. A ferramenta pode ser acessada em qualquer dispositivo, como computadores de mesa, computadores portáteis, *tablets*, celulares (SMS) ou celulares (*smartphones*). Há também formulários impressos para facilitar o uso dos profissionais que não têm acesso a dispositivos móveis.

¹⁸ Fonte: Busca Ativa Escolar Página inicial. <https://buscaativaescolar.org.br/>





Fonte: Banco de imagens do projeto, 2024.

Como avanços obtidos com o progresso do trabalho intersetorial fomentado pelo projeto Territórios em Rede, podem ser ressaltados:

- Adesão à Busca Ativa Escolar, iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e da União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e acompanhamento para sua implementação;
- Realização de Comitês formativos ampliados com temáticas sobre o Sistema de Garantia de Direitos;
- Realização de estudos de caso, proporcionando atendimento integral pela rede às famílias em situação de vulnerabilidade social;
- Realização de alinhamento para visitas domiciliares em conjunto com a rede para atendimento aos casos mais vulneráveis;

- Análise conjunta dos dados diagnósticos sobre indicadores educacionais e sociais do município;
- Formalização do Comitê Gestor Intersetorial por Decreto Municipal, fazendo com que a metodologia do projeto se tornasse política pública em Conselheiro Pena;
- Incidência sobre a necessidade de ampliação da oferta de vagas escolares em bairros específicos, contribuindo com o planejamento do poder público para abertura de novas turmas e escolas;
- Participação ativa de Conselhos de Direitos.



Foto: Banco de imagens do projeto, 2024

Além do trabalho intersetorial no nível da gestão municipal, o projeto Territórios em Rede criou e desenvolveu grupos de trabalho locais, incluindo participantes da rede de proteção social no nível dos equipamentos públicos localizados nos bairros do município, com atendimento direto à população, como as escolas, os CRAS, as UBS, os Conselhos Tutelares, além de representantes da sociedade civil. A experiência teve início no final do trabalho de campo da equipe, com o objetivo de manter a articulação necessária para a continuidade

dos atendimentos aos casos de crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar pelos agentes públicos locais.

O Territórios em Rede incidiu, ainda, sobre a maneira como as famílias vulnerabilizadas eram atendidas na rede de proteção social. Ao invés de esperar que as famílias viessem até elas, as articuladoras visitavam, ativamente, os serviços, explicando cada caso em detalhes. Isso não só acelerava a resolução dos problemas, mas garantia que fossem tratados de forma efetiva.

A construção de respostas intersetoriais permitiu que diferentes setores trabalhassem juntos para enfrentar o problema da exclusão escolar de maneira multidimensional e sistêmica, considerando os diferentes aspectos relacionados ao fenômeno. Em algumas experiências, a colaboração entre diferentes setores e serviços levou a uma utilização mais racional dos recursos, evitando duplicações de agendas, redundâncias de ações e aproveitando as sinergias entre as diferentes áreas, com metas e objetivos comuns, além de profissionais responsáveis por diferentes programas.



Foto: Perikles Siqueira, 2022.

Considerações e aprendizagens



“Qualquer país que se digne a proteger e garantir direitos precisa de uma Educação que seja para todas as pessoas e que, no caso do Brasil, supere a histórica negligência ao Direito à Educação.”

Natacha Costa, Diretora da Cidade Escola Aprendiz¹⁹

Para garantir a sustentabilidade das conquistas do projeto Territórios em Rede e disseminar a metodologia e as aprendizagens obtidas ao longo dos três anos, foi sistematizado um conjunto de considerações e recomendações.



Equipe em Busca Ativa escolar

Foto: Perikles Siqueira, 2022.

¹⁹ Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/educacao-integral-qual-o-sentido-de-mais-tempo-na-escola>

Quanto ao fluxo e monitoramento das informações

- Criação de um sistema integrado das políticas sociais, com incentivo à utilização do CPF como código único de identificação;
- Alimentação permanente do sistema integrado com informações atualizadas sobre crianças, famílias e atendimentos (incentivo à atualização regular dos dados nas escolas);
- Definição de um fluxo permanente sobre estudantes infrequentes, com incentivo ao controle diário da frequência escolar;
- Melhoria do aproveitamento da ficha de matrícula dos estudantes para ampliação do conhecimento sobre o perfil discente como insumo para a gestão escolar e o projeto político pedagógico;
- Não exigência de declaração escolar anterior no ato da matrícula, uma vez que o histórico da criança fica no sistema de gestão acadêmica (para os casos da criança que já passou pela rede) e, muitas vezes, torna-se um impeditivo para a matrícula;
- Parceria com os órgãos públicos e o estabelecimento de um fluxo firmado entre essas entidades a fim de regulamentar as trocas de informações com base na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).



“Não dormi quase nada esses dias, ansiosa por causa desse histórico escolar, nem sabia por onde começar para conseguir ter acesso ao histórico do meu filho. Não tenho palavras para agradecer o projeto pela ajuda!”.

Mãe de duas crianças de 7 e 14 anos atendidas pelo projeto em Conselheiro Pena.

Quanto ao acesso à escola

- A mediação do projeto entre a demanda das famílias e a oferta de vagas na rede municipal revelou que as vagas oferecidas nem sempre atendem às necessidades das famílias, seja pela distância ou necessidade de transporte, pelo horário ou disponibilidade de vagas para irmãos na mesma escola, por questões específicas relacionadas aos estudantes com deficiência e à saúde, ou ainda por problemas relacionados às fronteiras físicas e simbólicas que impedem o trânsito entre localidades próximas;
- O retorno do ensino presencial indicou a necessidade de ampliação de recursos financeiros e humanos que possam reverter os déficits de escolarização dos estudantes, a perda de matrículas e o aumento do abandono escolar. Soma-se a essas demandas, a necessidade do contínuo investimento em formação continuada e acompanhamento dos profissionais da Educação no desenvolvimento de estratégias pedagógicas capazes de superar os desafios ligados às aprendizagens;
- Ampliação e qualificação da divulgação de informação sobre a matrícula, com maior capilaridade nos territórios vulneráveis e com a garantia de profissionais capacitados para o acompanhamento e orientação adequados. É importante que essas informações sejam compartilhadas com os demais equipamentos públicos presentes nos territórios para que toda a rede de proteção se implique em orientar devidamente os responsáveis;
- Implantação de protocolo interno da Secretaria de Educação quanto ao atendimento legal para casos de crianças sem documentação (certidão de nascimento, comprovante de escolaridade, etc.);
- Ampliação da oferta do transporte escolar e do transporte público sem custo para estudantes e para os responsáveis que os acompanham no trajeto escolar;

- Definição de estratégias para situações que dificultam o acesso das crianças à escola, como unidades escolares distantes da residência ou instaladas em áreas de risco, exclusão de estudantes “problema”, estudantes em situação de medida socioeducativa, vagas para irmãos na mesma escola, etc.

Quanto ao trabalho das escolas

- Construção ou revisão do Projeto Político Pedagógico (PPP) incluindo formas de prevenção da exclusão dos estudantes em situação de infrequência e a adoção de uma perspectiva inclusiva e equitativa;
- Adoção de uma perspectiva antirracista, de enfrentamento às desigualdades de gênero e da defesa de uma Educação laica em todas as esferas da gestão educacional, gestão escolar e atuação pedagógica;
- Criação de estratégias específicas para a garantia das condições de aprendizagem para crianças em risco de exclusão, no que diz respeito à promoção e à permanência;
- Compromisso da escola com abandono “zero”;
- Estímulo à organização dos estudantes e ao protagonismo juvenil para a prevenção da exclusão escolar e promoção de melhorias no ambiente escolar e das relações interpessoais;
- Formação continuada dos profissionais e desenvolvimento de práticas de gestão e pedagógicas que efetivem uma aprendizagem equitativa, considerando as desigualdades raciais, de gênero, em relação a pessoas com deficiência e territoriais;
- Formação continuada para professores, preparando-os para atender às diversas necessidades dos estudantes e para o ensino em um ambiente pós-pandêmico;
- Ampliação da oferta educativa, com diversificação de tempos, espaços e

linguagens, incluindo artes, esportes e atividades extracurriculares que promovam o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes.

Quanto ao trabalho da rede de proteção social junto às famílias e escolas

- Ampliação de programas de transferência de renda para famílias em situação de pobreza, assegurando que as necessidades econômicas não levem os adolescentes ao trabalho desprotegido e permitam que se concentrem exclusivamente em sua Educação;
- Investimento em serviços de saúde mental e bem-estar nas escolas e unidades de saúde para apoiar o desenvolvimento emocional e psicológico dos alunos, especialmente das adolescentes gestantes;
- Envolvimento comunitário e familiar por meio da participação ativa na Educação, criando uma rede de apoio ao redor dos estudantes e fortalecendo a comunidade escolar;
- Promoção de parcerias e mobilização das instituições locais (associações de moradores, igrejas, ONGs, comércios locais e equipamentos públicos, entre outros) para o engajamento das comunidades em torno do compromisso de superar a exclusão escolar. É importante que essas informações sejam compartilhadas com os demais equipamentos públicos presentes nos territórios para que toda a rede de proteção se implique em orientar devidamente os responsáveis;
- Promoção de campanha permanente pela causa da garantia do Direito à Educação, com ampla mobilização nos territórios e na cidade por meio de diversos recursos já disponíveis e estratégias de comunicação (cartazes, folhetos, folders, panfletagem, carro de som, etc.) de forma previamente planejada para maior efetividade dos resultados.

Quanto à intersetorialidade e colaboração

- A construção de respostas intersetoriais permitiu que diferentes setores trabalhassem juntos para enfrentar o problema da exclusão escolar de maneira multidimensional e sistêmica, considerando os diferentes aspectos relacionados ao fenômeno;
- A colaboração entre diferentes setores e serviços levou a uma utilização mais racional dos recursos, evitando duplicações de agendas, redundância de ações e aproveitando as sinergias entre as diferentes áreas, como metas e objetivos comuns, além de profissionais responsáveis por diferentes programas;
- A articulação de redes de serviços para atendimento das demandas das famílias permitiu que os sujeitos e comunidades tivessem acesso a um conjunto mais amplo de oportunidades e direitos, sem a qual possivelmente teriam encontrado maiores dificuldades para acessar.
- A articulação de diferentes setores e serviços em torno de uma causa comum amplia e fortalece o advocacy e a incidência em políticas, ampliando a defesa por recursos e o aprimoramento das condições de trabalho nos territórios;
- A ativação dos territórios e bairros da cidade em torno da agenda de enfrentamento da exclusão escolar promove a colaboração entre os equipamentos públicos e a integração dos serviços de Educação, Saúde, Assistência Social, sociedade civil, entre outros, fortalecendo os vínculos comunitários e o sentimento de pertencimento;
- A interação entre diferentes setores e profissionais permite a troca de conhecimentos e os incentiva a melhores práticas, aprimorando a reflexão sobre o atendimento prestado, ampliando o conhecimento sobre o que cada secretaria oferece, seus desafios e estratégias, de modo a fortalecer uma cultura de trabalho intersetorial no município.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Educação é um direito [livro eletrônico]: a experiência do projeto Territórios em Rede em Conselheiro Pena./
Miriam Krenzinger...[et al.];
organização Eliana Sousa Silva...[et al.];
coordenação Associação Cidade Escola Aprendiz.
São Paulo: Associação Cidade Escola Aprendiz, 2024.
PDF

Outros autores: Natália Guindani, Bruna Musumeci,
Luiza Santos, Fernando Mendes, Julia Ventura,
Dalcio Marinho.

Outros organizadores: Julia Ventura, Natacha Costa,
Raiana Ribeiro.

ISBN 978-85-64569-22-5

1. Crianças e adolescentes – Educação 2. Direito à educação
3. Educação – Projetos 4. Exclusão escolar
5. Políticas educacionais
I. Krenzinger, Miriam. II. Guindani, Natália.
III. Musumeci, Bruna. IV. Santos, Luiza. V. Mendes, Fernando
VI. Ventura, Julia. VII. Marinho, Dalcio.
VIII. Silva, Eliana Sousa. IX. Associação Cidade Escola Aprendiz.
X. Ventura, Julia. XI. Costa, Natacha. XII. Ribeiro, Raiana.

24-236531

CDD-370

Índices para catálogo sistemático:

1. Projetos educacionais: Planejamento e gestão: Educação 370

Eliane de Freitas Leite – Bibliotecária – CRB 8/8415

Iniciativa:



Parceiro Executor:





Territórios em Rede



Territórios em Rede

Iniciativa:



Parceiro Executor:



ISBN: 978-85-64569-22-5

